

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Laurisa Maria Farias Moreira

“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”
IMPACTO DA ECONOMIA EXTRACTIVA
NA VIDA DAS MOÇAMBICANAS

Dissertação no âmbito da Antropologia Cultural e Social, orientada pelo Professor Doutor Fernando Florêncio e apresentada ao Departamento de Ciências da Vida, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020

Faculdade de Ciência e Tecnologia
Departamento de Ciências da Vida
da Universidade de Coimbra

“Nada sobre nós sem nós”:
Impacto da economia extractiva na vida das moçambicanas

Laurisa Maria Farias Moreira

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural orientada pelo Professor Fernando Florêncio e apresentada ao Departamento de Ciências da Vida, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Outubro 2020

AGRADECIMENTOS

Paulo Maria, Maria Alice, Maria Eduarda, Bento e Gabriel

Todas as pessoas que caminharam comigo desde sempre e até aqui

As mulheres moçambicanas

RESUMO

O século 21 chegou em Moçambique trazendo junto conglomerados transnacionais da indústria extractiva de recursos naturais. O que deveria ser uma benção transformou-se em maldição, especialmente para as mulheres da zona rural, que somam mais de 62% da população feminina total, e sofrem com o impacto que os deslocamentos forçados. Este trabalho apresenta uma parte da história recente de Moçambique para mostrar que, apesar de avanços, como uma certa visibilidade e representatividade, todos os planos de desenvolvimento socioeconômico, desde a independência, afetam perversamente a mulher moçambicana, ainda considerada subalterna, cujo papel principal deve continuar a ser de cuidadora e reprodutora. O que é provado pelo fato de Moçambique encontrar-se entre os piores do mundo tanto no Índice de Desenvolvimento de Gênero, bem como no Índice de Desigualdade de Gênero, além. A pesquisa foi baseada em um estudo de caso: um acampamento de mulheres de toda parte do país que foram afetadas pela chegada das mineradoras, realizado em Pemba, capital de Cabo Delgado. Verificou-se que a fraqueza institucional do Estado tem resultado no descumprimento dos dispositivos legais que deveriam recompensar as famílias pelas perdas de suas terras, fonte não apenas de suporte material, como comida e remédio, bem como fonte de ligação espiritual. Apesar de uma longa história de violação de seus direitos mais básicos, as mulheres moçambicanas mostraram que continuam, como aquelas que vieram antes delas, dispostas a lutar para que nada sobre elas seja decidido sem sua participação.

ABSTRACT

The 21st century arrived in Mozambique bringing together transnational conglomerates from the natural resource extractive industry. What should be a blessing has become a curse, especially for rural women, who make up more than 62% of the total female population and suffer from the impact of forced displacement. This work presents a part of the recent history of Mozambique to show that, despite advances, such as a certain visibility and representativeness, all socioeconomic development plans, since independence, affect in a perverse way the Mozambican woman, still considered subordinate, whose main role

should continue to be caregiver and breeder. This is proven by the fact that Mozambique is among the worst in the world both in the Gender Development Index, as well as in the Gender Inequality Index. The research was based on a case study: a camp for women from all over the country who were affected by mining companies, held in Pemba, the capital of Cabo Delgado. It was found that the institutional weakness of the State has resulted in non-compliance with legal provisions that should reward families for the loss of their land, a source not only of material support, such as food and medicine, as well as a source of spiritual connection. Despite a long history of having their most basic rights violated, Mozambican women have shown that they remain, like those who came before them, willing to fight so that nothing about them is decided without their participation.

ÍNDICE

Introdução.....	07
Capítulo 1 - No passado, o futuro era melhor.....	23
Capítulo 2 – As novas condenadas da terra.....	50
Capítulo 3 – Falar em primeira pessoa - Estudo de caso.....	66
Conclusão.....	75
Referências Bibliográficas.....	89

Anexos

- Entrevistas em campo
- Pobreza no meio rural: situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres
- Discurso de Tomada de Posse do Presidente Nyusi para o Segundo Mandato (2020 – 2025): Continuam Muitos Desafios por Cumprir
- Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022)
- Número de deslocados em Moçambique cresceu em cerca de 2700 % em dois anos

INTRODUÇÃO

Confiando no Chthulucene

Quando desembarquei em Maputo na manhã chuvosa do dia 24 de setembro de 2019, já tinha minha primeira entrevista agendada com uma fonte, dois dias depois, pois 25 de setembro é feriado para se comemorar o início da luta pela libertação do jugo português. Já no mês seguinte, haveria eleição para presidente. Felipe Nyusi foi reeleito, acrescentando, assim, mais quatro anos aos 46 em que o Estado-Frelimo está no poder. Tudo previsível. Porém, com exceção da aterragem perfeita, nada foi como eu planejava. Foi melhor. Mesmo tendo sido contemplada com uma pequena bolsa da Associação Portuguesa de Antropologia específica para ajudar mestrandos em seus trabalhos de campo, minha situação financeira não me permitiria percorrer o país, tendo que limitar minhas pesquisas aos arredores de Maputo. Mas terminei viajando para Nampula, Cabo Delgado e Chókwe, nesta ordem. Certamente minha experiência profissional como jornalista fez com que fosse mais fácil seguir o que Haraway (2016) conclama que se faça: *Staying with the Trouble - Making Kin in the Chthulucene*:

Staying with the trouble requires learning to be truly present, not as a vanishing pivot between awful or edenic pasts and apocalyptic or salvific futures, but as mortal critters entwined in the myriad unfinished configurations of places, times, matters, meanings (p. 1)

Bióloga por formação, Haraway advoga que devemos desenvolver uma aliança com não-humanos para assim termos uma perspectiva multiespécie, a fim de desenvolvermos o que ela chama de pensamento tentacular, em que “nothing is connected to everything; everything is connected to something. This spider is in place, has a place, and yet is named for intriguing travels elsewhere. This spider will help me with returns, and with roots and routes (p. 31).

Considero ainda que o sub-título de seu livro também adequa-se à minha vivência em Moçambique, ao explicar que o *making kin* (que pessoalmente traduzo como cuidado mútuo) no Chthulucene ajuda-nos na construção do verbo perscrutar:

It is a simple word, compound of two Greek roots (*khthôn* and *kainos*) that together

name a kind of time place for learning to stay with the trouble of living and dying in response-ability on a damaged earth. *Kainos* means now, a time of beginnings, a time for ongoing, for freshness. Nothing in *kainos* must mean conventional pasts, presents, or futures. There is nothing in times of beginnings that insists on wiping out what has come before, or, indeed, wiping out what comes after. *Kainos* can be full of inheritances, of remembering, and full of comings, of nurturing what might still be. I hear *kainos* in the sense of thick, ongoing presence, with hyphae infusing all sorts of temporalities and materialities (p. 2)

Quando fui entrevistar minha primeira fonte, no dia 26 de setembro, às 8h30min, na sala dela, no Centro de Estudos Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), aconteceu a primeira surpresa que mudaria por completo o trajeto que eu havia planejado. Professora Isabel Casimiro havia esquecido que as quintas-feiras pela manhã eram dedicadas às reuniões de organização do 14º Fórum Mundial de Mulheres, que seria realizado em Maputo em setembro de 2020¹, com a UEM sendo a universidade anfitriã. Portanto, não houve a entrevista, mas fui convidada a participar da reunião. Aceitei.

Naquela reunião, encontraria eu as “filhas de Sycorax” (Federici, 2017, p. 215). Conheceria, nos encontros semanais seguintes, muitas outras:

Um universo feminino multicolorido (...), um exemplo contundente das alianças que, para além das fronteiras coloniais e de cores, as mulheres podiam construir em virtude de sua experiência comum e de seu interesse em compartilhar conhecimentos e práticas tradicionais que estavam ao seu alcance” (p.219).

Fazer parte do grupo coordenador do MM2020 deu início ao meu processo de conhecer um pouco mais sobre um país tão culturalmente diverso e tão perversamente desigual. Poucas semanas depois, a coordenadora executiva do Fórum Mulher, Nzira Deus, propôs pagar passagens e hospedagem em Nampula em troca de matérias sobre dois eventos que realizariam, para serem publicadas no site da instituição.

O primeiro era um seminário sobre Direitos Humanos das Mulheres e Saúde da

¹ Em virtude do Covid-19, o evento, que acontece a cada três anos em um país diferente, foi adiado para 2021.

Mulher, no final de novembro, com a participação de cerca de 50 mulheres de vários distritos da província. O último dia foi dedicado a um grave problema de saúde pública em Moçambique, a fístula obstétrica (FO)², lesão causada pelo trabalho de parto prolongado e obstruído. O Ministério da Saúde estima que ocorram dois mil novos casos a cada ano e é considerada uma doença pandêmica na província de Nampula, com cinco milhões de habitantes, segundo Antônia Maria Morais, da Direcção Provincial de Saúde (DPS), que, participou do evento, que era bilíngue (Macua e Português).

Sete mulheres compartilharam como adquiriram fístula obstétrica. Mais da metade foi para fugir da pobreza, ao irem em busca de um homem que lhes provesse uma vida melhor. Na grande maioria dos casos o bebê nasceu morto. A média de idade delas era de 18 a 20 anos, e a FO ocorreu na primeira gravidez. A violência começa com a pobreza que leva a gravidezes precoces. Continua com a precária ou falta de assistência médica, durante a gestação e na hora do parto. Torna-se aguda com a falta de acesso à tratamento e maltrata as portadoras. Via de regra são abandonadas pelos maridos, passam a autoexcluir-se da vida em comunidade e deixam de fazer atividades simples como ir ao mercado, em razão da incontinência urinária e fecal. A fístula obstétrica pode matar, mas antes disso ela segrega a mulher e rouba-lhe qualquer resíduo de dignidade que porventura ainda tenham.

Ouvimos e vimos uma jovem mãe com um bebê ainda de colo (seu segundo filho, o primeiro nasceu morto) dizer que estava a participar porque queria aprender mais, mas principalmente para oferecer-se como voluntária para ir às escolas ou qualquer outro agrupamento feminino para compartilhar sua experiência, a fim de ajudar a evitar que outras raparigas passem o que ela passou. Todas que falaram de suas histórias pediram ajuda para sua condição.

Uma daquelas mulheres que compartilharam sua situação já era uma senhora de 49 anos, que chamarei de Paula. Seu relato constituiu o que considero o momento mais pungente daquela última seção do seminário. Ao contrário das

² A fístula é um buraco no tecido que reveste o canal de parto, que cria uma conexão anormal entre a vagina e a bexiga e a vagina e o canal retal ou mesmo ambos. Não há cura natural e apenas cirurgia pode corrigir. Disponível em: <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/fistula-obstetrica>

outras raparigas, sua voz era baixinha e falava de cabeça baixa. Durante a guerra civil, viu sua mãe ser morta e foi violada por vários homens e tornada prisioneira – não foi possível perceber se as violências foram causadas pelos soldados da Frelimo ou da Renamo. Sem qualquer tipo de ajuda médica, terminou por parir na mata a um natimorto. Ao terminar seu depoimento, implodiu em choro, um choro que certamente continha todas as emoções do mundo. O que me fez supor que era a primeira vez que Paula relatava aquela parte da sua história. Para absorver o pranto silencioso, uma participante que estava exatamente oposta à Paula, levantou-se cantando e cantando dirigiu-se à ela:

- Companheira me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.

O refrão de sororidade foi ganhando mais vozes e mais braços envolveram Paula. Ao fim de outros depoimentos, encerrou-se o seminário.

Ao início de cada módulo, as mulheres dançavam juntas em círculo e cantavam em Macua. O encerramento naturalmente contou com as vozes e coreografia coletivas. As músicas sempre tinham a mesma mensagem daquela cantada para Paula: a vida é dura, sofremos, mas não desistimos porque juntas somos mais fortes. Sons e ritmos que começaram a dar-me um pequeno entendimento do que quis dizer Junod (1013), a quem Granjo (2006) confere o epítome de “velho mestre da etnografia do Sul de Moçambique”, ao afirmar que “etnografia não consiste meramente da descrição de costumes e ritos; debaixo das manifestações, o etnógrafo tenta descobrir sua alma” (p.137).

Tentar descobrir a alma daquelas mulheres, tentei – se consegui, não sei. Estou certa apenas de duas coisas. A primeira foi que estar no meio de mulheres da Região Centro de Moçambique não causou-me estranhamento, pois de uma certa maneira sentia-me “em casa” – na verdade, estar em Moçambique deu-me, de modo geral, a sensação de estar em casa. A segunda diz respeito à questão da reflexividade e mais especialmente a auto-reflexão. Por certo eu não era uma delas. Mas estava entre elas. Falei de mim para elas.

Além de escrever artigos para o site do Fórum Mulher, fui também convidada a participar do seminário para falar sobre comunicação. Aceitei, mas informei que não falaria sobre comunicação. Falaria sobre compartilhamento. E minha história

compartilhei. Minha presença até então não deve ter causado nenhum estranhamento. Eu era apenas mais uma mulher branca estrangeira. O que certamente causou impacto foi quando disse que entre os direitos sexuais e de reprodução da mulher está exatamente o de escolher não ter filhos. Elas não percebiam como uma mulher saudável escolhe não procriar. Nada diferente do que acontece na ex-colônia portuguesa encravada no Continente Americano.

As mulheres dos dois territórios do hemisfério sul, separadas por dois oceanos, são vistas e precisam ser vistas como “fruta boa e fresca, colocada na terra à disposição do homem como rampa de lançamento no vôo da vida”. (Chiziane, 2000, p. 36). Outro ponto em comum entre aquelas mulheres aparentemente tão diferentes é a percepção de que as crias são uma espécie de letra de câmbio a ser descontada no futuro. Daí a pergunta que ouvi em Nampula e ouvia no Brasil: “Mas quem vai cuidar de você na sua velhice?”

Qualquer que seja o motivo que leva as mulheres dos dois “suis” a engravidar, é-me impossível não correlacionar, guardadas as devidas proporções, às gravidezes de uma personagem de Niketche, que das cinco gestações, apenas a penúltima foi por amor:

Há dias conheci uma mulher do interior da Zambézia. Tem cinco filhos, já crescidos. O primeiro, um mulato esbelto, é dos portugueses que a violaram durante a guerra colonial. O segundo, um preto, elegante e forte como um guerreiro, é fruto de outra violação dos guerrilheiros de libertação da mesma guerra colonial. O terceiro, outro mulato, mimoso como um gato, é dos comandos rodesianos brancos, que arrasaram esta terra para aniquilar as bases dos guerrilheiros do Zimbabwe. O quarto é dos rebeldes que fizeram a guerra civil no interior do país. A primeira e a segunda vez foi violada, mas à terceira e à quarta entregou-se de livre vontade, porque se sentia especializada em violação sexual. O quinto é de um homem com quem se deitou por amor pela primeira vez. Essa mulher carregou a história de todas as guerras do país num só ventre.(...) são filhos dos deuses do fogo, filhos da história, nascidos pelo poder dos braços armados (...) A minha felicidade foi ter gerado só homens, diz ela, nenhum deles conhecerá a dor da violação sexual (Chiziane, 2004, p. 278).

Quer no Nordeste do Brasil ou no Centro de Moçambique, prevalece o que Foucault (1999) chama de microfísica do poder, em que o corpo só se torna força

útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e submisso. Consegue-se subserviência e controle com a tecnologia política do corpo.

As relações de poder têm alcance imediato sobre ele (*o corpo*); elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais (...) sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição, (...) obtida não só pelos instrumentos da violência (...) pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. (...) pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento (...) esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar de tecnologia política do corpo, (...) difusa, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços (pp. 29-30).

Aceitei o convite do Fórum Mulher para falar com aquelas mulheres. Mesmo consciente de que é impossível fugirmos de nosso lugar de enunciação. Eu era uma mulungu e sabia que minha *otherness* aumentaria se falasse sobre comunicação. Não queria “ter autoridade”, no sentido mais amplo, mostrar técnicas, exhibir know-how, bradar objetividade, que implicam necessariamente distanciamento do outro que está ponta oposta de onde se está. Instintivamente sabia que falando de minha vida pessoal, eu tentaria diminuir a largura e profundidade do abismo. Eu não queria objetividade, afinal, “antropologia é filosofia com gente dentro” (Ingold, 2014, p. 393). Queria-me eu subjetiva, para tentar estar “com” aquelas mulheres macua.

O que leva à objetividade que se quer tanto na antropologia - como no jornalismo. Na antropologia ela foi questionada nos anos 60, quando etnógrafos passaram a escrever sobre suas experiências em campo, o que “perturbou o equilíbrio subjetivo/objetivo”, segundo Clifford (1985, p.14). Foi quando a auto-reflexividade surgiu como sub-gênero da escrita etnográfica (p.15), no pós-modernismo. E pós-modernismo nas ciências sociais passou a se referir a práticas de reflexividade incorporadas na escrita acadêmica, como define Marcus (1994, p.383).

Com a antropologia pós-moderna, resultado da “crise de autoridade” pela qual a

disciplina passou³, a subjetividade passou a fazer parte da narrativa do fazer etnográfico em duas frentes: como o repertório do etnógrafo de conhecimentos, conceitos e concepções afeta o que vê, ouve, sente, e como sua presença impacta junto àqueles sobre os quais se pesquisa. Com a reflexividade, os encontros entre indivíduos deixam de ocorrer na esfera do que Clifford chama de dicotomia sujeito-objeto, portanto, não se pesquisa mais sobre, mas com (p.107).

São impactos que Emerson, Fretz & Shaw (1995) chamam de “presença consequencial”, geralmente associada a “efeitos reativos” e que podem ser interpretados como contaminadores do que se está observando. No entanto, ressalta, ao invés de se tentar controlá-los ou eliminá-los por completo, tais efeitos são, na verdade, a fonte primeira daquela aprendizagem e participação em uma nova realidade. Mas para isso “o etnógrafo precisa tornar-se sensível e perceber como ele é visto e tratado pelos outros”. (p.3).

O que me diferenciava daquelas mulheres macua era mais profundo do que o nível de melanina, a quantidade de meticais em nossos sacos, a língua que falamos, quanto tempo passamos nos bancos escolares, o tipo de moradia que habitamos, as músicas que cantamos, as roupas que cobrem nossos corpos. O que nos diferenciava era minha ignorância, resultado de uma série de privilégios, de alguns direitos conseguidos por milhares de mulheres que vieram antes de mim, mas que aquelas mulheres - reunidas por dois dias na parte de trás de um hotel no centro de Nampula de propriedade de uma família goesa -, ainda estavam em busca de conseguir.

Paralelamente ao seminário dirigido às mulheres, o Fórum Mulher realizou também a versão masculina do seminário. O objetivo era conscientizar rapazes e jovens adultos para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos através de dinâmicas de grupo, a partir de discussões sobre temas que sempre geram controvérsias, como o direito a uma mulher andar na rua com roupas curtas sem ser molestada e violada. Não surpreendeu ouvir seculares e bíblicos argumentos

³ As questões levantadas pela crise, segundo Ingold, são ‘razoáveis’: quem tem o direito de descrever, quais as fundamentações para que uma descrição seja mais verdadeira ou tenha mais autoridade do que outra, a que ponto a presença do autor pode ou deve ser reconhecida no texto, e como todo o processo de escrita pode ser mais colaborativa, são algumas daquelas perguntas (2014, 385).

para realçar uma suposta superioridade masculina às custas do subjuço da mulher e como os corpos delas devem submeter-se ao que eles querem. A continuação da tecnologia política do corpo.

O que causou agradável surpresa – e também um interessante contraste - foi a presença de uma única mulher. Jovem. Muçulmana. Profissional de Recursos Humanos. Felizarda Antônio Tanleque encontrou no seminário a oportunidade para dizer aos rapazes “o que as mulheres querem e pensam”, como ela mesma disse. Espécie de auto-intitulada porta-voz não oficial das mulheres de Nampula, Felizarda participou ativamente de todos os debates. “Valeu muito a pena participar deste workshop. Fortaleceu-me”, diz. Mãe de dois filhos, ela disse que conta com apoio integral de sua família sobre seu ativismo feminista, sobre suas opções de vida, inclusive não ter mais filhos. Na verdade, ao que parece, Felizarda está apenas cumprindo a ordem que o sobrenome de seu avô traz. Segundo ela, Tanleque em Macua significa escolher.

Mais do que abrir portas, a viagem para Nampula, que estendi indo até a Ilha de Moçambique, foi o primeiro portal que começou a me levar ao universo da descrição geertziana (1976). As viagens seguintes abririam outros.

Mulheres em outro tipo de guerra

Aceitei o convite do FM para aprender sobre o país em geral e sobre as mulheres em especial. Mas até então, o meu projeto inicial de dissertação parecia estar à deriva por falta de um porto onde ancorar meu bote⁴. Ao falar sobre o tema a que me propus escrever eu encontrava uma espécie de atordoamento. Inicialmente imaginei que talvez eu estivesse a usar palavras que fizessem sentido apenas em meu Português-Brasileiro. Refraseei o tema. Continuou sem fazer eco nos ouvidos de minhas fontes. “A ONU e a ONU Mulheres sustentam que quando as mulheres são responsáveis pelo gerenciamento dos recursos naturais a paz tende a ser mais duradoura. Esta assertiva corresponde à realidade de Moçambique? Se sim, o que está a ser feito para que as mulheres

⁴ Sobre pedras e rochas no meio do caminho, ver “Diálogos entre textos e contextos etnográficos”, em que Florêncio (2012) narra experiência semelhante. O texto foi resultado de sua participação no painel “Imprevistos e imponderáveis: condições de produção da etnografia na antropologia contemporânea”, no Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, de 2009.

sentem nas mesas de negociação de paz. Se não, quais os empecilhos para que elas assumam tal papel?”

Meus constantes telefonemas à ONU Mulheres Moçambique foram infrutíferos. Meu primeiro contato foi quando fora informada que a entidade iria realizar um evento em breve sobre paz e recursos naturais. Mandeí correspondência eletrônica para obter mais informações e indagar se poderia participar. Recebi como resposta que, sim, estavam a realizar naquele dia e no seguinte uma formação sobre prevenção, mediação e resolução de conflitos em um acampamento solidário em Moatize. “Se gostaria de participar, estamos no campo desportivo do Ferroviário e será muito bem-vinda”. A correspondência chegou na tarde do primeiro dia da capacitação. Era impossível ir de autocarro e chegar a tempo. Inviável voar. Esta foi a única troca que tive com a representação da ONU Mulheres em Moçambique.

Posteriormente telefonei para solicitar entrevista. Mais de uma vez. Era sempre o mesmo tom monocórdico. Perguntavam sobre o tema. Concordavam com a premissa. Diziam para enviar correspondência eletrônica com a solicitação. Enviava. Da primeira vez, obtive resposta: “Poderia encaminhar a seu pedido para o meu colega Hilario, aqui copiado neste e-mail?”. Encaminhamento feito. Obtive resposta: “Estimada Laurisa, Acuso a recepção do seu email e, estou submetendo para o aval dos superiores.” Aos outros telefonemas, obtinha a mesma concordância com a assertiva e a mesma resposta: enviar pedido formal eletronicamente. Aos outros e-mails, silêncio.

Em meio a estas trocas inócuas, continuava a construir não apenas uma visão teórica sobre o assunto, na Biblioteca do Instituto Camões de Cooperação, bem como abastecia-me com literatura moçambicana, na Biblioteca do Jardim dos Professores, em frente à escola Josina Machel. No relvado do Jardim, sob a sombra das árvores, especialmente dos pés de canhu, babás negras de crianças brancas e loiras. Embalada especialmente pela leitura de uma ampla coletânea de poetas moçambicanos (Williams, 2006), entre outros trabalhos de ficção, foi fácil transportar-me no tempo. Minha busca na poesia e na prosa literária por uma compreensão mais ampla e profunda de Moçambique fora avalizada pelo sociólogo malaio Syed Farid Alatas, em sua palestra *Beyond the Critique of*

Eurocentrism: Decolonization and its Problems⁵. Segundo ele, muito antes do século 19, a literatura já continha um discurso contra a construção colonial eurocêntrica, muito antes do termo existir, como a do escritor filipino José Rizal (1861-1896).

Minha primeira entrevista foi com Aleya Rachide Agy, pesquisadora do Observatório do Meio Rural (OMR). Ela concorda com a premissa da ONU e ONU Mulheres, mas a considera uma utopia. No presente e até mesmo em um futuro próximo, este é um quadro que se encontra longe de ser aplicado em Moçambique por uma razão que pode ser resumida de forma bem simples: “porque as mulheres teriam muito poder, todo o poder. E isso é tudo o que não se quer; eles não permitiriam”. Quando estava em Nampula, entrevistei a presidente da Associação das Mulheres Rurais de Nampula, Teresa Namuraha. Com uma vitalidade e energia contagiantes, sendo sempre uma das primeiras a levantar-se para cantar e dançar, ela genuinamente apreciou a premissa e afirmou que esta questão nunca lhe havia ocorrido e cogitou a possibilidade de colocar entre as bandeiras de luta da entidade que lidera.

Em meus anos trabalhando como jornalista de um diário, acontecia de sairmos para cobrir uma matéria e ao chegarmos no local do acontecimento não encontrar nada na dimensão oferecida pela fonte e que merecesse os limitados espaços de um jornal impresso. Via de regra, terminávamos por encontrar um novo viés ou mesmo uma nova história que merecia virar notícia. Apoiada nesta experiência, aguardei para ver se encontraria outro tema para minha dissertação. Encontrei. Ou melhor, veio ao meu encontro quando aceitei, outra vez, o convite do Fórum Mulher para ir à Pemba, cobrir um evento, no início de dezembro, promovido em parceria com a Hikone Moçambique, associação fundada em 2014, voltada especificamente para as mulheres afetadas pela indústria extractiva. Intitulado “Acampamento para a construção de solidariedade entre as mulheres afectadas pela indústria extractiva”, teria duração de apenas um dia, por motivos de segurança, como fui informada.

⁵ No Centro de Estudos Sociais (CES), na Universidade de Coimbra, em maio de 2019, portanto, pouco antes de eu ir para Moçambique.

Ao final do dia, sabia que tinha presenciado não apenas um encontro de mulheres de vários pontos do país em busca de soluções para suas vidas devastadas quando o Estado, ao tomar-lhes as terras, extirpou-as de seu passado, tomou-lhes as rédeas do presente e transformou-as em reféns do futuro. Em Pemba, encontrei, ouvi e vi as novas condenadas da terra, versão do século 21 de suas ancestrais, com o retorno do colonial e do colonizador, desta vez de nacionalidades múltiplas, incluindo moçambicana. O colonial que “regressa não apenas aos antigos territórios, mas também às sociedades metropolitanas”, que traz uma “linha abissal global que define a exclusão radical e a inexistência jurídica” (Santos, 2007, p.13).

Minha última viagem dentro de Moçambique foi para Lionde, em Chókwe, na província de Gaza, no dia 27 de dezembro. Era convidada da festa de 90 anos da senhora Rafina Ngovene, avó de Ezra Nyampoka, professora da UEM. Depois de quatro horas de viagem em um chapa, cheguei. Já era noite. Conheci a aniversariante, que não fala Português⁶, e Ezra foi a tradutora do Changana. A senhora Rafina mora com o pai de Ezra, Alberto Chambal, que é pastor da Igreja Metodista, como fora seu pai, que teve uma morte dolorosa ao ser picado por um enxame de abelhas. Tragédia que levou a senhora Rafina a abandonar por completo a religião, para desgosto da família.

Acordei por volta de 4h30 da manhã, como é costume meu. Fui andar nos arredores. Encontrei dois homens sentados tendo aos pés um boi recém abatido e já cortado, com as vísceras espalhadas sobre uma lona. Aos poucos começam a chegar as mulheres para os preparativos da festa: descascam batatas, pilam amendoim, começam a cozinhar as partes do boi, cortam cebolas, literalmente areiam loiças, cortam lenha, vão buscar água na torneira próxima dentro da propriedade do senhor Alberto, descascam alho. A grande maioria tem seus filhos na neneca (pedaço de pano resistente para transporte de infantes). Impressionou-me vê-las rachando a lenha, mesmo com um bebê às costas, com a naturalidade e leveza de quem parte um pedaço de pão. Os homens preparam a tenda. Às nove horas, é servido o mata-bicho. Aquele fígado fresco que vira horas antes agora está dentro de uma panela, ao lado de outras panelas

⁶ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), Changana é a língua mais falada em Gaza, junto com Rhonga e Thonga.

contendo arroz e chima, além de pão, uma lata de Ricoffy e leite em pó.

Ao meio-dia começa a festa. A aniversariante sai de sua casa de braço dado com seu filho, em direção à tenda onde estão os muitos convidados. O trajeto é curto, trinta metros, no máximo. O cortejo que segue o par é formado pelos descendentes: filhos, noras, netos, bisnetos. Canta-se e dança-se no percurso. Depois do ofício religioso, os convidados servem-se. Depois de um par de horas, tem início outro ritual: o da entrega dos presentes. Também por ordem de descendência, o novo cortejo entra na tenda a dançar e cantar com seus presentes, que não estão embrulhados. Enquanto isso, as travessas com comida são enchidas outra vez e mais uma vez. Um grupo de quatro rapazes do coro da Igreja faz pequenas performances do lado de fora da tenda.

Começa-se a tocar música. Jerusalema, um hit sul-africano cantado em zulu (segundo fui informada lá mesmo) que até então eu desconhecia, leva os jovens e crianças a dançar. Às 19 horas é servido o jantar. Às 21 horas, retiro-me. O dia fora longo. Na manhã seguinte, encontro Ana, que no dia anterior presenteou-me com um lenço e amarrou-o em mim, além de ter também me ensinado como coloca-se uma capulana. Perguntei à Ana que horas a festa tinha terminado. Sua resposta ficará eternamente no meu acervo de sabedorias que colho no cotidiano:

- Quando fui dormir.

Foi quando finalmente entendi uma frase que tinha ouvido: “Em Moçambique não tem hora; tem tempo”. A poética do tempo em Moçambique foi também tornada realidade quando o pastor Metodista disse que apenas se estimava que sua mãe tinha nascido há 90 anos. O que marcava o calendário dos moçambicanos, especialmente os da zona rural e no período colonial, era as manifestações da natureza, como colheitas agrícolas. Um demarcador ainda em uso nas narrativas do século 21. Como as enchentes de rios.

Retornei para Maputo de boleia com Ezra, seu marido e as três filhas do casal. No caminho de volta, passamos por Chibuto, onde ela morou quando o lugar foi gravemente afetado pelas enchentes do Rio Limpopo, em fevereiro de 2000. Foi quando ela narrou uma saga que marcou a região até hoje e ganhou repercussão mundial. Sofia Pedro, de 26 anos, moradora daquela localidade, na província de

Gaza, estava nas semanas finais de sua gravidez. Para escapar de ser levada pelas águas, subiu em uma árvore, como muitos outros fizeram. Depois de quatro dias em seu único refúgio, Sofia entrou em trabalho de parto. Familiares e outras pessoas que estavam com ela na árvore tiveram que amarrá-la e ajudaram a trazer Rosita ao mundo.

Personagens

Duas autoras e dois autores, de diferentes nacionalidades, influenciaram-me na escrita desta Introdução, e almejava que permeasse nas páginas ao longo de todo meu trabalho. A primeira com sua prosa poética da mais fina e delicada tessitura. A segunda e o terceiro com suas teses de doutoramento. E o último com o que foi considerado sua “prosa etnográfica”.

Clarice Lispector inicia *A Hora da Estrela* (1977), seu único livro político e também seu último, falando sobre o ofício de escrever, através do narrador-personagem, Rodrigo S.M., que é escritor. Ele quer escrever de forma simples, mas alerta que “ninguém se engane, só consigo a simplicidade através de muito trabalho”. A simplicidade é em decorrência que o material que ele dispõe sobre a vida da nordestina Macabéa, a protagonista, “é parco e singelo demais, as informações sobre os personagens são poucas e não muito elucidativas” (p. 6).

Mas o motivo principal pelo qual Rodrigo escolhe a simplicidade, embora mais trabalhosa, é que o falar simples permitirá “captar a sua (*de Macabéa*) delicada e vaga existência. Limite-me a contar as fracas aventuras de uma moça, com uma inocência pisada, numa cidade toda feita contra ela” (p. 21). As informações que tenho sobre as personagens deste trabalho também são escassas.

Como Rodrigo S.M, e por eu não ter sido “treinada a pensar e a escrever sob a lógica abissal e de banda estreita”, como Cunha (2014) foi (p.19), vou também limitar-me a tentar narrar como as mulheres do meu objeto de estudo tem um Estado inteiro contra elas. Mas Cunha rompeu aqueles cânones da academia. Buscou na poesia de Noêmia de Sousa, “em estórias, em contos, em imagens e em memórias e trabalhar com elas para radicalizar os feminismos e dar corpo à ecologia dos saberes” (p. 45), para nos falar sobre as mulheres de Moçambique e de Timor-Leste. Os imprevistos que me fizeram mudar o meu projeto inicial ressonaram nas intempéries do tempo e dos costumes que Florêncio (2005)

enfrentou para ir ao encontro dos mambos, em Moçambique, para pesquisar sobre a relação das autoridades tradicionais com o Estado.

Bem menos formal do que Florêncio, Claude Levi-Strauss narra os inúmeros contratempos e pequenos incidentes que aconteceram antes e durante sua viagem ao Brasil, em *Tristes Trópicos* (1957). Fui beber naquela fonte por sua “prosa etnográfica”, como classifica Kubica (2014), consiste de várias formas de trabalhos literários escritos a partir da experiência de campo, o que inclui livros de viagem, novelas, memórias, autobiografias e diários (p. 602).

The anthropologist writing a travel book takes into account a certain fundamental distinction connected with the writing methods: the anthropologist should pass on “knowledge” about the reality studied, i.e. “hard” facts gathered in the field and put in his/her theoretical system, whereas the traveller above all describes his/her “impressions” as a representative of a civilisation encountering the exotic. To put it somewhat simplistically, works of ethnographic prose combine these two writing methods; they attempt to transmit knowledge in a literary way. The objective of the exercise therefore remains “scientific”, although the style is often impressionistic and appeals to a wider range of readers. (p. 603)

Pensamento tentacular em três capítulos

Para muitos moçambicanos e moçambicanas, no passado colonial o futuro parecia melhor, quando a luta pela independência era apenas um esforço e sacrifício necessários para a conquista da igualdade entre todos sem importar a cor da pele, com respeito a suas etnias e autonomia para todos, como um só povo, definir os melhores caminhos a tomar. O que não correspondia ao vivido por uma boa parcela da população feminina, apesar de elas mesmas terem compartilhado desta quimera. É isso que tencionamos explicitar no capítulo 1, que termina mostrando como Moçambique transformou-se no que Santos (2010) chama de Sul imperial: “Hay también un Norte global en los países del Sur constituido por las elites locales que se benefician de la producción y reproducción del capitalismo y el colonialismo (p. 42).

Como representante daquele Sul imperial, o Estado-Partido em Moçambique considera-se “deste lado da linha” enquanto situa especialmente a população rural “do outro lado da linha”, como tencionamos mostrar no capítulo 2. E as mulheres do campo estão bem ao fundo daquela linha, a despeito do país ser

signatário dos principais instrumentos legais que tratam dos direitos das mulheres como direitos humanos. Elas não conhecem o conceito de pensamento abissal de Boaventura. Mas sentem-se em um abismo que parece não ter fim, como ouvi no acampamento das mulheres afetadas pela “fuerza destructiva de un heteropatriarcado que está en el corazón del capitalismo extractivista” (Cunha & Casimiro, 2019: 94).

São elas, com suas cores, vozes, dores, ritmos, indignação, sorrisos e perplexidades que compõem o capítulo 3, que é meu estudo de caso, uma simples narrativa do que vi, ouvi, e até degustei, como o inesquecível arroz de machamba com alecrim. Ao perderem a terra de seus ancestrais, o passado lhes foi roubado. Dentre os depoimentos colhidos, o que mais me marcou foi o de Maria Cussaia, de Tete, que é uma síntese da situação que vivem:

Quando tinha seca, pedíamos a nossos antepassados que mandassem chuva, fazíamos ofertas, e eles mandavam. Não podemos mais falar com eles porque não sabemos onde eles estão. Exumaram seus ossos sem nos avisar. Perdemos a mata, perdemos nossas machambas, de onde tirávamos a comida de nossos filhos, o remédio para curar nossas doenças. Eu só peço a Deus que os rebeldes não apareçam porque não temos mais mata para nos esconder, como fizemos no tempo da guerra.

Seu tempo presente não tem mais sequer sustentação material, pois lhes foi tirado também a mata, sua fonte de alimentação e de remédios, e acesso à água. E o futuro? Enquanto o futuro não chega, elas cantam e dançam. Para continuar lutando.

No livro que editaram sobre a capacidade de os rituais mudarem o mundo, Comaroff & Comaroff (1993) afirmam que, no passado, rituais eram vistos apenas pelas lentes eurocêntricas da teleologia universal: preocupada apenas com a substância, sobre a forma, com o conteúdo dos ritos do que com seus modos constitutivos de prática (p. xix). É mais do que passada hora de ver os rituais pelo que realmente são: “they produce the very power it purports to draw from elsewhere (...) how, in practice, they actually (re)make social predictments and (re)cast cultural orders” p. xxx).

A narração das minhas três principais viagens tem um objetivo: deixar absolutamente explícito que foi todo aquele aprendizado horizontal que adquiri

que me permitiu perceber a resistência epistemológica como resistência política (Santos, 2007, p.19) nos corpos dançantes em Nampula e Pemba e nas vozes faladas e cantadas em Macua e Changana. Resistência política também nas colunas eretas das mulheres sentadas no terreiro de chão batido em Chókwe, bem como ao lado de seus legumes, vegetais, grãos e frutas nas avenidas cosmopolitas de Maputo.

Resistência epistemológica que encontra ressonância na luta de Vandana Shiva (2003) contra as “monoculturas da mente”, pois

As diversas sementes que agora estão fadadas à extinção carregam dentro de si sementes de outras formas de pensar sobre a natureza e de outras formas de produzir para satisfazer nossas necessidades. (...) a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e viver.” (p. 16)

As mulheres que vi e ouvi em Pemba e Nampula utilizam o canto e a dança como “armaduras espirituais”, como classifica West, pois é tudo que lhes resta: suas vozes e seus ritmos e umas às outras. “No land. No territory. No rights. No protection from the state. But at least we had our voices that preserved our dignity, our sense of style and our empathy” (West, 2017).

Foi também West quem me fez perceber por que os cantos e danças⁷ das mulheres moçambicanas são tão radicalmente revolucionários: porque elas não são nada otimistas, mas são cheias de esperança. Otimismo vem de fatores externos e é racional: basta olhar para fora e ao menor vislumbre de possibilidade de as coisas melhores tornar-se otimista. Já esperança, ensina West, é uma árdua construção interna que precisa que seja externalizada a fim de que se crie novas possibilidades e torne-se contagiosa para que outras pessoas engajem-se na luta heroica contra as improbabilidades: “There is no hope without a wrestling of despair (...) Hope is about being, doing and acting and embodying. Connected to the quest for integrity, honesty, decency and courage plus magnanimity, namely fortitude”.

⁷ Mais sobre como moçambicanas utilizam cantos e danças como epistemologias de resistências em mais em Israel (2013)

CAPÍTULO 1 – NO PASSADO, O FUTURO ERA MELHOR

Para poder compreender o impacto que a indústria extractivista está a ter na vida de uma boa parcela da população feminina rural moçambicana faz-se necessário delimitar um enquadramento temporal socioeconômico do objeto deste trabalho. Este recorte no tempo é a partir da luta anticolonial encetado pelo então movimento pela independência Frente para a Libertação de Moçambique (Frelimo), nos anos 60. Uma parte considerável daqueles que pegaram em armas ascendeu ao poder institucionalizado quando a ex-colônia portuguesa foi proclamada República Popular de Moçambique, em 25 de junho de 1975, por Samora Machel. Foram estes mesmos homens que elaboraram, quando ainda eram rebeldes, e implementaram os planos de desenvolvimento do novo país. Pretende-se neste capítulo mostrar como os planos econômicos do partido ao longo de seus exatos 45 anos no poder falharam em conseguir o desenvolvimento almejado desde as primeiras reuniões do grupo revolucionário em Dar Es Salam. Mostraremos, acima de tudo, como os sucessivos falhanços afetaram mais fortemente a população rural em geral, e particularmente as mulheres.

A presença de Portugal nos territórios de Moçambique foi formalizada com a assinatura do tratado entre Portugal e Grã-Bretanha, em maio de 1891, que delimitava por definitivo as fronteiras moçambicanas (Newitt, 1995, p. 318). Até então, Moçambique era considerado “um conjunto de povos ligados pelo comércio a uma fiada de pontos controlados pelos portugueses” (p. 302).

Em 1962, foi criada, em Dar es Salam, na Tanzânia, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), sob a liderança de Eduardo Mondlane, da qual foi também seu primeiro presidente, um movimento nacionalista de orientação marxista de cariz revolucionário. O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, conheceu Mondlane quando o líder moçambicano trabalhava na ONU, e ficaram amigos (Newitt, 2012; Isaacson, 1985).

No livro que lançou, em 1969, para difundir a luta pela independência, Mondlane (1969), ‘arquiteto da unidade nacional moçambicana’ (Peixoto e Meneses, 2013, p. 89), rememora sobre como ocorreu a fundação da Frelimo:

The Mozambicans who gathered in Dar es Salaam together represented almost every region of Mozambique and every sector of the population. Nearly everyone had some experience of resistance on a small scale, and of the reprisals which normally followed. Both inside and outside the country, conditions were favourable to the nationalist struggle. Our problem was whether we could weld together these advantages so as to make our movement strong throughout the country, and capable of taking effective action which, unlike previous isolated efforts, would hurt the Portuguese more than it hurt us (p. 121).

Muitos dos integrantes da Frelimo eram originários da pequena elite moçambicana que morava em Lourenço Marques (atual Maputo). Aquele estrato privilegiado era composto por pessoas com nível escolar mais alto e formação profissional que lhes garantia posições mais altas nos serviços administrativos coloniais, e parte dela havia adquirido o status de assimilado⁸, que, estima-se, somava cinco mil pessoas, em uma população de pouco mais de oito milhões de moçambicanos. (Machava, 2015; Sumich, 2008, p. 234).

Mulheres pegam em armas

Em uma primeira fase, o papel da mulher foi intensificar a luta pela liberdade e posteriormente pegaram em armas. No I Congresso da Frelimo, quando a Frente foi oficialmente lançada, em 1962, foi aprovado “o desenvolvimento sociocultural da mulher, o incentivo e apoio à formação de organizações sindicais de mulheres e estabelecia o princípio de salário igual para trabalho igual, independentemente do sexo, cor, ou região (...). Algumas mulheres, com alguma consciência do peso do domínio português, viam no movimento então criado uma possibilidade de se libertar do colonialismo e do racismo” (Casimiro, 2004, p. 3). Muitas logo pegaram em armas. Mas mesmo quando atuando como guerrilheiras, as mulheres continuavam sendo vistas e tratadas como subalternas, a despeito da Frelimo ser um “dos movimentos de libertação mais ousados em relação à questão da emancipação da mulher”, visto que elas eram consideradas fundamentais na luta pela libertação.

⁸ Os assimilados eram os antigos indígenas que haviam adquirido a cidadania portuguesa. Para tornar-se um assimilado, o candidato tinha que jurar fidelidade do Estado Português, ‘adotar hábitos europeus’, abandonar ‘crenças bárbaras, falar apenas Português em casa, entre outros requisitos (Machava, 2015; Sumich, 2008, p. 234; Meneses, 2009, p. 19).

Na noite de 25 de setembro de 1964, guerrilheiros Frelimo atacam um posto administrativo português em Chai, na província de Cabo Delgado. Era o início oficial da guerra pela independência de Moçambique. Já em 1965, ano seguinte ao início oficial da guerra pela libertação, um grupo de mulheres pediu à direção da Frente para ter treinamento militar, que viria a constituir o primeiro Destacamento Feminino (DF). Segundo Casimiro (2001), o agrupamento de guerrilheiras nasceu por iniciativa das mulheres, em face da necessidade de defender e mobilizar as populações das zonas liberadas, ao contrário de documentos da Frelimo, que informam que a criação dos DFs teria ocorrido durante a Sessão do Comité Central, em outubro de 1966 (p. 4). Como se era de se esperar, houve também forte oposição à criação dos DFs dentro da Frelimo, notadamente de caráter sexual:

Alguns homens afirmavam que as mulheres eram um ser fraco, que não aguentavam os treinos militares, e que era perigoso "aproximar o fogo do capim". Havia homens que não encaravam com bons olhos que as mulheres fossem guerrilheiras, chegando mesmo a impedi-las de participar. Alegavam que as mulheres eram as principais responsáveis por actos de corrupção e pela gravidez (...) Para provar a sua incapacidade utilizavam as mulheres como amantes e obrigavam-nas a realizar trabalhos pesados, quando não se deixassem aliciar. Os mais velhos receavam pelo envio das suas filhas para os campos de treino, donde vinham muitas das vezes grávidas. Sentiam que a participação da mulher nas actividades militares era uma fuga às suas ocupações, como produtoras, esposas e mães, reagindo ao facto de verem ameaçada a sua atitude tutelar sobre as mulheres (p. 5)

Katto (2020) sustenta que as mulheres de Niassa, principal centro da luta pela liberdade, foram as primeiras a serem recrutadas pela Frelimo, em 1965, muitas delas com menos de 15 anos de idade, quando o movimento começou suas atividades nas zonas liberadas. Em 1967, logo depois da criação dos DFs, os primeiros grupos de raparigas foram enviados para treinamento político-militar no campo de treinamento em Nachingwea, no sul da Tanzânia. As recrutas femininas trabalharam em maior escala como transportadora de material de guerra nos hospitais e nurseries da Frelimo no mato. A autora estima que entre 200 a 250 raparigas e mulheres (que ela calcula perfazerem 10% do total da força guerrilheira em Niassa) foram integradas como soldados na frente de Niassa pela luta anti-colonial (pp. 2-4).

Início dos conflitos internos da Frelimo

Enquanto guerrilheiros e guerrilheiras da Frelimo embrenhavam-se nas matas, internamente o partido via-se às voltas com conflitos em torno do poder, e realizou um congresso, em uma região libertada do Niassa, em julho de 1968, para resolver a crise interna, como explica Coelho (2019):

alguns membros ambiciosos dessas extintas organizações, tendo perdido os seus cargos de liderança com a unificação, e incapazes de assegurar novos cargos na Frente, abandonam-na para criar novos grupos. Entretanto, outros quadros da Frente, para quem a independência consistia simplesmente na substituição do regime colonial branco por um novo regime negro, e que usavam a sua posição privilegiada para conseguir retirar vantagens materiais da luta, tentaram alterar o curso estabelecido pelo Congresso, desencadeando uma nova crise interna baseada no confronto com a jovem liderança revolucionária empenhada na guerra de libertação no interior do país.

Conflitos internos foram uma constante na Frente, como afirma Newitt (2012): “Mondlane e seus apoiantes discutiram quase desde o começo com outros elementos da Frelimo e até o seu assassinato, em 1969, o movimento foi constantemente afectado por conflitos e divisões” (p. 451). O novo conflito interno opunha o que a linguagem revolucionária da Frelimo chamava de reacionários contra os revolucionários e foi ficando cada vez mais acirrado. Os reacionários queriam apenas o fim do regime colonial português e a manutenção do sistema capitalista. Tomado o poder, construiriam uma nova sociedade, liderada por uma elite intelectual negra, em substituição ao colonialista branco (Isaacson & Isaacson, 1983, p. 97). Já os revolucionários, maioria do Comitê Central⁹, defendiam colocar no poder camponeses e trabalhadores, que o Estado colonial tinha de ser desmantelado e substituído por um novo Estado de base popular, pois as soluções dos problemas encontravam-se na sabedoria popular (Coelho, 2019).

Bowen (2000) sustenta que esta cisão era representada, respectivamente, por Lazaro Nkavandame, secretário em Cabo Delgado e diretor do Departamento de Comércio do partido, e Samora Machel, e foi a partir desta divisão ideológica que

⁹ Entre eles, Marcelino dos Santos, secretário de assuntos estrangeiros; Samora Machel, chefe do exército rebelde; Joaquim Chissano, membro sênior do Comitê Executivo, e o presidente do partido, Mondlane.

teve início a política anti-campesinato da Frelimo. De acordo com cartilha ideológica da Frelimo sobre os inimigos da revolução, Nkavandame seria o “novo explorador” que usava o trabalho dos camponeses para enriquecimento pessoal, e que seus interesses nas províncias do Norte eram os mesmos dos camponeses ricos das regiões Centro e Sul (p. 7)

Mondlane é assassinado em 3 de fevereiro de 1969¹⁰ e Samora Machel assume a presidência da Frelimo. Em abril de 1974, generais portugueses colocam fim à ditadura salazarista. No dia 7 de setembro de 1974, era assinado o acordo de Lusaka, que estabelece a transferência progressiva dos poderes sobre o território, com a independência completa a ser feita em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frelimo. O acordo reconhece a Frelimo como única e legítima representante dos moçambicanos, ignorando as mais de duas dezenas de partidos e movimentos que reivindicavam um lugar à mesa das negociações sobre a independência e o futuro do país (Cabrita, 2000, p. 80; Machava, 2015, pp. 52-53).

De acordo com Cabrita, baseado em escritos da viúva Janet Mondlane, Eduardo Mondlane não teria concordado com as decisões tomadas depois da independência, muitas das quais ligadas a violações da ideia do direito à liberdade individual e que o fundador da Frelimo teria discutido sobre como equilibrar aquela liberdade com medidas que beneficiariam todos os moçambicanos. A própria essência do acordo com Portugal excluía o cumprimento daquele ideal:

Mozambique merely shifted from one form of totalitarianism to another, from Fascism to Leninism. Executive, legislative and Judiciary powers were vested in Frelimo. As party leader, Samora Machel was also the head of state and government, the speaker of parliament, the chief Justice, in addition to being the commander in chief of the Armed Forces. The executive branch was answerable only to the Frelimo Political Bureau (p. 85)

“Libertação da mulher”

Em 4 de março de 1973, foi realizada I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, em Maputo, e foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), com o objetivo

¹⁰ Em homenagem à Mondlane, 3 de fevereiro é considerado Dia dos Heróis Moçambicanos

de integrar as mulheres na vida política, económica e social do país e sua participação efectiva mulheres nos processos de tomada de decisão (Arnfred, 2011, p.24; Machel, 1974, p. 9). Na ocasião, Machel fez um discurso que depois foi transformado em livro: *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*¹¹, que passaria a ser o documento de orientação do trabalho de base da Frelimo, como informa o prefácio, assinado pelo Departamento de do Trabalho Ideológico da Frente.

A contradição antagónica não é entre a mulher e o homem, mas, entre a mulher e a ordem social (...) só a Revolução destrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, a integram como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração das decisões. Por consequência, da mesma maneira que não pode haver Revolução sem libertação da mulher, a luta pela emancipação da mulher não pode triunfar sem a vitória da Revolução. (p. 26-27).

Foi no ano que Moçambique tornou-se uma nação soberana, em 1975, que dissidentes da Frelimo fundaram a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), de cariz anti-comunista, criado na então Rodésia e financiado pela África do Sul (Seibert, 2003, p. 253). De acordo com Newitt (2012), demorou algum tempo para os dirigentes da Frelimo admitirem que a Renamo era efetivamente um perigo:

Desde sua fundação, em 1963, a Frelimo nunca se sentiu ameaçada, os dissidentes e os movimentos de separação tinham sido todos isolados e repelidos por falta de apoio. Como nunca fora eleito para o poder, era, sem dúvida, importante mostrar que nenhum outro movimento reunia popularidade ou apoio, e que detinha o controlo incontestado do país” (p. 483).

Iniciava, assim, uma guerra civil que duraria 16 anos e terminaria com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em outubro de 1992, em Roma. No fim da guerra, contam-se mais de um milhão de mortos, a economia moçambicana está de rastos e o país é considerado o mais pobre do mundo (Abrahamsson & Nilsson, 1994; Isaacson & Isaacson, 1983; Newitt, 2012).

¹¹ <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index.htm>

Estado-Frelimo

Samora Machel assume a presidência de um país com “altíssimos índices de analfabetismo, pobreza, clivagens raciais e étnicas, além de uma total falta de familiaridade com processos democráticos, problemas urgentes que requeriam atenção imediata e soluções concretas” (Isaacman & Isaacman, 1983, p.109). Estima-se que com a independência mais de 185 mil portugueses, de um total de 200 mil, retornaram para seu país (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 37).

A economia no período colonial no Sul de Moçambique era sustentada na economia camponesa familiar e no trabalho migratório dos homens na África do Sul, que era responsável pela produção de uma agricultura para o abastecimento do mercado interno e seus excedentes eram exportados (O’Laughlin, 1981, pp. 13-14). A agricultura era a base do desenvolvimento e a indústria era o fator dinamizador da economia moçambicana, respondendo por 4% da produção industrial total de África, empregasse 100 mil pessoas, e detinha tecnologia de produção relativamente moderna - 5% das empresas respondiam por 40% da produção industrial total. Dois terços da produção eram vendidos no mercado interno (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 39).

A Frelimo já havia desenhado a estratégia de desenvolvimento do país durante os dez anos da luta anticolonial, mas foi durante o 3º Congresso do partido já no poder, em 1977, em Maputo, que aquela estratégia foi elaborada detalhadamente. Surgia, assim, o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), que tinha um objetivo bastante ambicioso: acabar com a pobreza em 10 anos, através da mecanização imediata da agricultura, para aumentar exponencialmente a produção e, assim, atender as demandas internas bem como aumentar a balança de exportações (pp.37-38).

Acreditava-se que as experiências da guerra de libertação e da luta ideológica iriam agora estender-se à esfera econômica e com uma força de vontade gigantesca toda a sociedade seria modificada (p.37). Como a luta anticolonial tornou-se sinônimo também de luta contra o capitalismo, o único tipo de sociedade psicologicamente aceitável pela Frelimo era sociedade socialista. As negligências do estado colonial deveriam ser compensadas por um estado

independente através da satisfação das necessidades da população e da eliminação da propriedade privada (p. 42).

Tinha início, assim, o que Coelho (2019) chama de Roteiro da Libertação.

O monopólio das explicações do passado detido pela política e, no interior desta, pela Frelimo, o partido no poder e única fonte de autoridade (...) a centralidade de uma narrativa específica da libertação que, codificada como um roteiro, um script, constituiu um instrumento para legitimar essa autoridade e torná-la inquestionável. Por outras palavras, (...) um discurso estratégico localizado na interseção das relações de poder e das relações de saber.

A criação de heróis faz parte do script do Roteiro da Libertação. Como a unidade do povo moçambicano era a arma principal da vitória da revolução (Machel, 1974, p. 26), era necessário a construção do “homem novo” e a partir dele criar um herói. Samora assumiu este papel, com galhardia. Como o novo governo dependia das mulheres para a continuidade da revolução, como Samora deixou claro em seu discurso mencionado acima, nada melhor do que criar uma heroína que jamais poderia trair a revolução. E ninguém mais adequada à simbologia do que Josina Machel, nascida Josina Abiatar Muthemba, em 1945, em Inhambane, uma das pioneiras dos Destacamentos Femininos¹². Mas mais do que isso: foi a primeira mulher do primeiro presidente e morreu muito jovem, aos 26 anos, de doença em Dar es Salaam, em 1971. A heroína perfeita¹³. No dia de sua morte, 7 de abril, comemora-se o Dia da Mulher Moçambicana.

A utilização de heróis é um recurso ainda bastante usado, quase 50 anos depois da independência. Eles continuam a ser evocados, mas desta vez para conferir legitimidade ao que Posse (2020) chama de elite política detentora do poder do Estado, para que sejam vistos como “legítimos herdeiros e seguidores dos valores e ideais dos heróis exaltados”, e assim continuar o processo de materialização das suas agendas. Posse esclarece que elite política deve ser entendida como “um grupo pequeno e relativamente coeso de indivíduos que

¹² Um pouco mais sobre o papel das moçambicanas, do ponto de vista da ideologia da Frelimo, incluindo depoimento e poesia de Josina Machel está em *The Mozambican woman in the Revolution* (1972)

¹³ Meneses (2017) apresenta a antítese da heroína nacional: Joana Simeão, nascida em Nampula em 1937, integrante do Grupo Unido de Moçambique (GUMO), que fazia oposição à Frelimo, no período colonial. Foi enviada para o campo de reeducação em M' telela, e foi morta, em 1976, junto com outros políticos e ativistas, acusados de traição à revolução.

detém o poder e o exerce sobre a maioria de diferentes formas, nomeadamente por meio da governação do Estado” (pp. 2-3). Como historiador e escritor, Coelho (2013) alerta: “Sempre que se tocam, é a ficção que infecta a realidade e não o contrário. Tudo passa a ser ficção. A realidade deixa de existir” (p. 9)

Matar a tribo

Ao Roteiro da Libertação incluiu-se a figura de um inimigo da revolução vitoriosa contra o colonialismo português. O Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo deu-lhe rosto e o nome: Xiconhoca, que simbolizava o moçambicano reacionário, imoral e corrupto, representando “todos os males deixados pelo colonialismo, e que o Povo moçambicano está a combater” (Meneses, 2015, p. 31). Caracterizado como o agente inimigo, o xiconhoca tinha vários perfis, como o tribalista, o burocrata, o regionalista, e eram contra a emancipação da mulher, contra a cultura moçambicana, entre outras características.

Os régulos também foram considerados inimigos, contra os quais também se deveria lutar por suas práticas consideradas reacionárias, como contra o lobolo, os ritos de iniciação sexual e a poligamia. Desmantelar o sistema de regulado, de acordo com o discurso oficial, permitiria uma democratização das reivindicações de terra, dando maior legitimidade às reivindicações das mulheres sobre a terra, especialmente no sul patrilinear. Como estado-partido de carácter autoritário, só poderia haver uma realidade e uma autoridade absolutas. Era necessário, portanto, tirar o poder das autoridades tradicionais:

a legitimidade e o lugar social das autoridades tradicionais derivam do seu papel de dupla intermediação entre o sagrado e o profano e entre um modelo de reprodução social local e um modelo de reprodução social exógeno (veiculado pelo Estado e demais parceiros (Florêncio, 2005, p. 18)

As autoridades tradicionais locais, instituídas de acordo com as características de cada região, eram responsáveis pelo “controlo da mão--de-obra, no recrutamento para o chibalo, na recolha do imposto de palhota e no controlo e manutenção da ordem pública através da resolução de milandos entre os indígenas” (Florêncio, 2008, p. 371). Os régulos recebiam ainda uma remuneração anual, que correspondia a cerca de 3% da verba total de imposto de palhota recolhido no seu regulado (p. 375). Este poder localizado foi criado

no período colonial¹⁴, resultante do *indirect rule*¹⁵, que utilizava as lideranças políticas locais para exercer autoridade e controle direto sobre as populações, em razão da administração portuguesa não conseguir fazê-lo. Veremos no capítulo 2 como deu-se a volta do novo *indirect rule*.

A eliminação dos inimigos da revolução ganhou um capítulo sombrio: os campos de reeducação, eufemismo para encarceramento que violavam os direitos mais básicos. A Operação Produção prendia, sem nenhum respaldo legal, homens e mulheres classificados como desocupados e pouco ou nada produtivos e enviados para os campos de reeducação, em zonas isoladas do meio rural. Borges Coelho usa a ficção¹⁶ para contar este capítulo da história de Moçambique, *Campos de Trânsito* (2007), em que o personagem principal, J. Mungau, é preso às 5 horas da manhã, sem saber que crime cometeu. A Operação foi marcada por injustiças sociais, agressões, abusos contra os direitos humanos, em geral, e as vítimas não tiveram qualquer enquadramento profissional e muito menos apoio para reencontrar as suas famílias.

Khosa (2015) afirma que com o fim do colonialismo a expectativa era que as identidades étnicas adquirissem liberdade para serem quem eram e tivessem um real senso de pertença a uma nação agora soberana, passando a fazer parte de uma matriz identitária composta por “vinte e três línguas de origem banto, que veiculam todo o universo cultural de etnias afins”. Esperava-se ainda que:

a secular presença islâmica e indiana, reduzida a nichos culturais bem delimitados, ganhasse outra amplitude no solo pátrio (...), que a língua portuguesa, língua da unidade e do desenvolvimento, partilhasse o seu espaço hegemónico na educação, na informação, nos espaços públicos e privados, com outras línguas, tal como aconteceu nos princípios do século XX, (pp. 128-129).

¹⁴ Com a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU), de 1933, a administração portuguesa adota formalmente o sistema do *indirect rule*, mas não usa o nome. (Florêncio, 2003, p.). Com vigência da RAU, as autoridades tradicionais passaram a fazer parte da administração colonial.

¹⁵ Prática comum nos regimes coloniais. Neste modelo é claramente assumida a duplicidade política e jurídica da sociedade colonial, sendo vedada às populações «indígenas» a integração plena, devendo estas continuar a reproduzir-se segundo os seus modelos tradicionais de organização social. É neste sentido que assumem especial relevo as instituições políticas locais, nomeadamente as suas autoridades tradicionais. (Florêncio, 2008, p. 372)

¹⁶ Borges Coelho usa também a ficção para contar a história de Moçambique, especialmente a do período da guerra civil, com “As duas sombras do rio”(2009), seu primeiro romance.

Ao invés de conferir cidadania e promover a inclusão em busca da unidade nacional, a Frelimo dá continuidade ao projeto do ‘imaginário nacional’ idealizado ainda durante a luta armada, mas agora transformado em um programa ideológico permeado pelo sempre eficaz e cruel discurso do ‘quem não está conosco está contra nós’. Para alcançar uma unidade ideológica em nível nacional, como base para o projeto da nação, implantou-se um projeto que desafiava “radicalmente o reconhecimento e a integração do pluralismo de posições e a diversidade sociocultural, princípio básico para ampliar a participação democrática” (Meneses, 2015, p. 10).

Para Khosa (2015), matar a tribo para construir a nação, como pregava o discurso nacionalista da Frelimo, significou “o silenciamento oficial das memórias identitárias que buscaram a luz da perenidade com a independência do país”. A legitimação desta uniformização cultural e ideológica¹⁷ como condição única para a Unidade Nacional aconteceu no II Congresso da Frelimo, em 1977, dois anos depois da independência. “Estavam criadas as condições para o esbatimento da memória local e de identidades que há muito procuravam cidadania para além do espaço étnico, graças à crescente urbanização do território” (p. 129).

O sonho cultivado durante a guerra pela libertação e durante os primeiros anos depois da independência transformou-se em pesadelo para uma boa parcela da população moçambicana, com o fracasso das políticas econômicas, a imposição de uma nova identidade nacional que aniquilava a diversidade cultural do Rovuma a Maputo. O que foi refletido na arte.

Nos anos 1980, a poesia de Craveirinha, antes portadora de uma utopia, voltará à cena carregada de crítica distópica que enfatiza limites, abusos e tensões que atravessam a vida política e o cotidiano da sociedade moçambicana no pós-independência (...) A partir do final dos anos 1980, é possível perceber os primeiros sinais de reação da literatura de modos distintos à situação de perplexidade que se instaurou nos 10 primeiros anos da Independência, nos quais os ideais sonhados tornaram-se pesadelo para maior parte das pessoas, grupos e classes sociais.” (Soares & Mutzenberg, 2019, p. 30-33)

Aldeias comunais

Abandonadas pelos colonos, as terras cultivadas foram nacionalizadas e grandes machambas tornadas estatais foram distribuídas ao longo de quase todo o País (Castel-Branco, 1995, p. 587). Num total, seriam pouco mais de 4 mil cooperativas agrícolas. Sonho que os agora governantes tinham desde a época da luta anticolonial¹⁸, a rápida mecanização era motivada pela necessidade de aumentar a produtividade e também substituir o chibalo e o trabalho manual pesado e duro. Além disso, poderia ser fonte de emprego para os mineiros regressados da África do Sul¹⁹. Esperava-se que as receitas de exportação pudessem contribuir para uma transformação total da zona rural. Este desenvolvimento seria alcançado através das cooperativas de produção, que seriam apoiadas e financiadas pelas machambas estatais. A estratégia era “construir um sistema socialista em que a cooperativização da produção da agricultura familiar camponesa, o reassentamento das populações em aldeias comunais e o investimento no sector estatal de produção seriam os grandes motores da transformação” e tornariam “Moçambique independente do sistema mundial capitalista”, como coloca Cruz e Silva (2002)²⁰.

Para socializar o campo e organizar as cooperativas, era necessário que a população rural – maioritariamente campesina e que vivia isolada - abandonasse suas terras e mudasse para as aldeias comunais. Para abrigar o ‘novo homem’ e a ‘nova mulher, era necessário a criação de um ‘novo Moçambique’. Neste modelo de uma sociedade moçambicana ‘pura’, como diz Chichava (2013), Grupos Dinamizadores (GDs) e delegados das Assembleias Populares representavam ‘o poder do povo’, em substituição às autoridades feudais e tradicionais. Os campesinos deveriam produzir coletivamente e também coletivamente deveriam resolver os problemas cotidianos, mas sob a orientação do partido (p.112).

“O modelo socioespacial das aldeias comunais deveria ser concebido, planificado e implantado segundo um plano teoricamente insuspeito,

¹⁸ De acordo com Abrahamsson & Nilsson, dos 15 ministros que compunham o primeiro Conselho de Ministros do Governo apenas três não haviam participado ativamente da luta pela liberdade.

¹⁹ Em 1975, a África do Sul tinha recrutado mais de 113 mil moçambicanos, mas já no ano seguinte este número caiu para pouco menos 33 mil. (Newitt, 2012)

²⁰ <https://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/ugc.html>

socialmente útil, economicamente pertinente, tecnicamente simples, politicamente necessário²¹”, segundo Casal (2000), que fez uma rigorosa e minuciosa pesquisa em campo, entre 1977 e 1983, “período em que o processo de socialização e desenvolvimento rural em Moçambique polarizava as atenções de responsáveis políticos, peritos internacionais e cientistas sociais”²².

Segundo Agy (2018), a Frelimo criou medidas para assegurar a integração das mulheres na produção agrícola nas machambas estatais, através das aldeias comunais e cooperativas, correspondendo, assim, ao discurso do papel preponderante da mulher no desenvolvimento rural. Casal (2000) oferece uma visão diferente da pesquisadora moçambicana. Apenas na região Sul de Moçambique, que é patrilinear e patrilocal, a mobilização das mulheres em torno da socialização rural foi bem sucedida, enquanto que nas províncias onde o sistema é matrilinear, a resistência às aldeias comunais foi sobretudo liderada pelas mulheres, que foram pressionadas pelas mães e tios maternos para que não abandonassem a área onde viviam as suas matrinhagens – já para os homens e em especial os jovens maridos, as aldeias comunais representavam uma oportunidade para livrar-se do controle da família da esposa em todas os âmbitos da vida (p. 118).

Além de contar com uma parca participação de mulheres em seus quadros em Nampula e Cabo Delgado (2,5%, contra 35% em Gaza), a OMM também ficou bem aquém de promover a mobilização e o engajamento da população feminina no processo de construção do preconizado novo papel da mulher que a revolução lhes proporcionava, ao promover atividades que apenas acentuavam a divisão sexual do trabalho e reforçavam o estereótipo de cuidadoras e destinadas a trabalhos menores, tais como limpeza e embelezamento da aldeia e cuidados com doentes, grávidas e crianças (p. 20)

Mesmo no Sul do país, algumas aldeias comunais fracassaram. E a falência social e econômica só não foi mais profunda porque as mulheres continuaram a acreditar na revolução e eram fiéis membros da OMM. Foi o que aconteceu em

²¹ Nota introdutória do autor

²² Nota Introdutória do autor

Macassane²³, como mostra Manghezi (1980). Fundada como uma das cooperativas-piloto, em 1975, em apenas cinco anos Macassane era um desastre em todas as esferas e com um elevado grau de misoginia. Houve deserção²⁴ em massa dos membros: de 390 para 50, dos quais apenas cerca de 15 a 20 apareciam diariamente ao trabalho, e eram principalmente mulheres velhas (muito embora o autor não especifique a idade delas) que só conseguiam trabalhar de três a quatro horas por dia. Estas mesmas mulheres viam seus pares masculinos como “opressores e exploradores”, pois não trabalhavam por considerarem-se acima das trabalhadoras.

Nomearam a si próprios para todos os postos de chefia na estrutura administrativa da cooperativa (por exemplo, presidente, vice-presidente; chefe da produção; secretário do Partido, etc.). Reuniam-se todas as manhãs e davam voltas pelo armazém ou pela estação de bombagem perto do rio para passar o tempo e conversar uns com os outros. Consideravam que o seu papel na cooperativa era de "organizadores" e "supervisores" das mulheres trabalhadoras (p. 2)

Segundo o autor, dos 280 hectares iniciais apenas 65 estavam cultivados. Além do baixo moral e da desunião os membros da cooperativa, havia ainda estremeamento nas relações entre a cooperativa e as estruturas locais do governo e da Frelimo, que “caracterizavam-se por desconfiança e fraca coordenação, do mesmo modo que as relações entre a cooperativa e o resto da comunidade (não membros) caracterizavam-se por tensões e conflitos” (pp. 2-3).

Apesar deste clima de opressão e de profunda desigualdade²⁵, as mulheres expressam em suas canções seu compromisso com o Governo e disposição para pegar em armas com uma mão e empunhar a enxada com outra, enquanto obedecem à cartilha de servidão doméstica pregada pela OMM (pp.3-5).

²³ Distante apenas 60 km de Maputo, Macassane fora abandonada pelo proprietário português.

²⁴ Sobre deserção, ver Chichava (2013) -‘They can kill us but we won’t go to the Communal Villages!’ Peasants and the Policy of ‘Socialization of the Countryside’ in Zambezia

²⁵ Estes sentimentos eram expressos em canções de trabalho em que criticavam os homens. “A verdade é que quando cantamos, levamos as coisas menos seriamente; não pomos tudo no coração, e por isso muitas vezes esquecemos. Muitas vezes apenas cantamos e rimos (...) Nós só cantamos para nos consolarmos” (Manghezi, 2003 p. 135)

Regente: Nós, da O.M.M. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Tomamos conta da família. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Cuidamos das crianças. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Trabalhamos na machamba. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Cultivamos em casa. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Tratamos dos nossos maridos. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Limpamos a casa. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Lavamos a roupa. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Regente: Cozinhamos em casa. Coro: Empunhamos a enxada com uma mão, e com a outra mão seguramos a arma.

Fim da era marxista-leninista...

Já no início dos anos 80, segundo Castel-Branco, ficou claro que a estratégia agrícola da Frelimo fracassara, sem contar a guerra civil com a Renamo. Para Bowen (2000), o grande erro do partido no planejamento econômico foi, confiante do apoio das massas e de uma vasta parcela da população rural, formada pelos camponeses pobres, ter implementado políticas que eram antagônicas aos médios agricultores (p.8). “Without state investment, middle peasants gradually abandoned collective production, knowing that would be less efficient and productive than that their own farms (p. 10). O fracasso econômico e um regime autoritário constituíram os “buracos pelos quais o inimigo (*Renamo*) entrou” (p. 11).

No seu IV Congresso, em 1983, a Frelimo reconheceu que dar ênfase demasiada às grandes machambas estatais, enquanto negligenciava a agricultura tradicional e familiar, havia sido um erro. Bowen (2000) sustenta que os maiores beneficiados com as machambas estatais foram investidores britânicos, portugueses e sul-africanos, aos quais a Frelimo deu largas

concessões com *leases* de longo termo. Além disso, o partido alocou terra e agribusiness para oficiais do governo, ministros e veteranos do partido. “Assim, o Estado garantia que alguns moçambicanos lucrassem com a transição para o capitalismo” (p.11).

Abrahamsson & Nilsson (1994) defendem que a evasão dos pequenos e médios agricultores das aldeias comunais foi uma das principais razões do fracasso.

A falta de bens de consumo fez com que as famílias camponesas diminuíssem mais a produção para a venda ou a destinassem para o mercado paralelo, que, em razão da escassez em grande escala, gerava maiores ganhos, enquanto o mercado formal enfraquecia (...) Além disso, a receita tinha diminuído e as despesas aumentado, principalmente militares, subvenções aos consumidores e às empresas estatais, salários dos funcionários. Era necessário pedir empréstimo internacional para equilibrar a balança de pagamentos e pagar os juros. É chegada a hora de uma reorientação política e económica, interna e externamente (pp. 46-47)

Para Newitt (2012), o partido que antes de assumir o poder considerava o campesinato a principal força revolucionária agora passava a depositar formalmente sua confiança no proletariado que seria criado pelas estratégias de desenvolvimento econômico de Moçambique. Para piorar, adotava uma postura ditatorial:

A mobilização em massa era ainda considerada essencial, mas iria ter lugar fora da estrutura partidária (...) Enquanto que anteriormente o partido estivera preparado para longos debates populares sobre assuntos importantes antes de se tomarem decisões, a partir de 1975 estes processos democráticos tenderam a se enredar (...) o partido se distanciava cada vez mais das pessoas do povo e deixava, pura e simplesmente, de escutar o que ela e os líderes tradicionais diziam.” (pp. 467-468)

Cahen sustenta que durante o período da Frelimo ‘Marxista–Leninista’ Moçambique era um dos Estados mais Weberianos de África, minimamente corrupto, com uma burocracia que funcionava bem, mas que mesmo assim falhou em fazer as pessoas melhorarem de vida ou terem progresso social por duas simples razões: negação das relações sociais originais com a população e o processo autoritário de modernização ao qual tinha-se submetido.

Em 1984 foi assinado o Acordo de Nkomati, com a África do Sul, e o Governo moçambicano pediu para entrar para o Banco Mundial (BM) e para o Fundo Monetário Internacional (FMI).

... e da revolução almejada pelas mulheres

A despeito da perpetuação do patriarcado no governo revolucionário, houve “ganhos significativos” para as mulheres, na avaliação de Waterhouse & Vijfhuizen (2001), como o estabelecimento de direitos iguais para mulheres e homens na nova constituição²⁶, algumas mulheres conseguiram trabalho assalariado nas machambas estatais, nas indústrias e em outros postos de trabalho e outras atingiram posições de liderança em novas cooperativas agrícolas, em associações políticas locais e nos tribunais seculares (pp.19-20).

Para Tvedten et al (2014), com o novo governo houve ganhos significativos para as mulheres, cujas causas ganharam maior visibilidade, especialmente no que diz respeito à tomada de decisões públicas, na construção de um Moçambique independente. Mas esta emancipação não incluía as esferas da vida económica e doméstica, o que significa que não houve uma transformação social da estrutura patriarcal baseada na submissão e inferioridade das mulheres.

A Frelimo definiu a ‘libertação da terra, restauração dos direitos fundamentais, e dignidade humana de homens e mulheres’ como base de combate contra o colonialismo Português, mas não efetuou uma transformação social da estrutura patriarcal baseada na submissão e inferioridade das mulheres (...) A criação da OMM reconfirmou a importância dada às mulheres. Porém, na estratégia da Frelimo, as mulheres eram vistas como as ‘educadoras das novas gerações’. Por outras palavras, a OMM não foi criada para alterar a posição e o papel das mulheres, mas antes para realçar o seu papel na reprodução social. (pp. 33-34)

Arnfred (2014) tem opinião bem divergente (2014). As mulheres enviadas para os campos de reeducação eram muitas vezes injustamente acusadas de

²⁶ Artigo 17º da Constituição de 1975: “a emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado. Na República Popular de Moçambique a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, estendendo-se esta igualdade aos campos político, económico, social e cultural”.

prostitutas²⁷ ou por serem mães solteiras. Na I Conferência da Mulher Moçambicana, em 1973, o discurso de Samora e o soft power²⁸ da revolução tocou o coração feminista de muitas mulheres, inclusive fora de Moçambique, como da própria autora (p. 4). Onze anos mais tarde, na Conferência Extraordinária da OMM, em novembro de 1984, o discurso do presidente havia mudado radicalmente, com as mães solteiras sendo o alvo principal do que Arnfred chama de pontos de vista misoginistas e moralistas do Presidente.

To be an unmarried woman is a disgrace', he exclaimed, 'the concept , the very phenomenon must be abolished. In my department I want no single mothers'. He proceeded to announce an investigation in the entire state administration for the identification and expulsion of the single mothers. This was where OMM put its foot down, suggesting in very polite tones in the concluding document from the conference that unmarried mothers should be helped, rather than castigated. (p. 8)

Segundo Arnfred, a Conferência Extraordinária da OMM, que deveria ter sido realizada em abril de 1984 e foi adiada *ad hoc* para novembro, tinha por objetivo discutir a situação das mulheres, a partir de intenso trabalho de campo junto às populações femininas, a fim de implementar modificações nas políticas dirigidas às mulheres. Não houve nenhum tipo de debate porque Samora usou o microfone durante toda conferência. O discurso do partido já havia mudado à altura e deixava claro que as mulheres agora estavam sozinhas e sua luta não era mais de toda nação, como o discurso no tempo da guerra anticolonial pregava. O que ficou claro naquele novo discurso de Samora: 'Being a matter of concern to the whole society, the liberation of women is, in the first place, the task of the women themselves. No one can liberate a woman. Women must take over the struggle for emancipation themselves'. Pela primeira vez desde a guerra, reporta a autora, as mulheres eram mencionadas como sujeitas de sua própria emancipação (p. 35)

²⁷ Como Borges Coelho, o cineasta Licínio de Azevedo usa a ficção para narrar uma destas injustiças em seu filme, *Virgem Margarida*, em que uma rapariga de 16 anos é presa como prostituta, quando na verdade estava na rua a comprar o enxoval de seu casamento.

²⁸ Soft power é termo cunhado por Nye nos anos 80 e que passou a ser amplamente usado a partir dos anos 2000 e sou de opinião que foram epitomizados por Luis Inácio Lula da Silva e Barack Obama. Não à toa o título do livro de Nye é "Soft power: The Means To Success In World Politics (2004). Significa uma "untangible attraction that persuades us to go along with others' purposes without any explicit threat or exchange tanking place" (p. 7)

Para Casimiro, a Frelimo não avançou como se esperava de um movimento que se auto-proclamou de vanguarda no sentido de acompanhar e apoiar as reflexões do movimento feminista internacional - um movimento social que surgiu em circunstâncias idênticas às dos movimentos de libertação dos Países da periferia, nos anos 60. “Por isso a crítica severa da Frelimo em relação ao movimento feminista, entendido como ‘um grupo de mulheres liberais e que confunde os propósitos da libertação’” (Casimiro apud Machel, 1973).

Acordo de paz e modelo de país

Dez anos depois de implantar o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), em 1977, o Governo Moçambicano apresentou o Programa de Reabilitação Económica (PRE) ao FMI e ao BM, em 1987. Em 1990, o PRE torna-se o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), que impunha o equilíbrio da balança de pagamentos, controle da inflação, por meio da desvalorização da moeda para incentivar as exportações e inibir as importações, corte das despesas públicas e subsídios às empresas, privatização das propriedades do estado, entre outras medidas (Castel-Branco, 600).

O Governo deveria optar por uma via de privatização e liberalização sistemática da economia, pois este modelo era visto como a única alternativa viável: permitia corrigir os erros do período do excesso de administração estatal, evitar que tais excessos se repetissem e dar oportunidade às forças do mercado para revelarem o seu potencial na gestão económica; era, pois, o período de ouro dos defensores do mercado livre (pp. 600-601)

Com a crise causada pelo PRE, segundo Agy (2018) as mulheres tiveram papel preponderante na economia informal, em razão do desemprego, do aumento do custo de vida e crescimento da fome. Em busca de fontes alternativas de renda, muitas moçambicanas usaram suas habilidades em cozinhas e investiram nesta área: venda de alimentos cozidos, frequentemente em dumberengues, sobretudo na região sul de Moçambique (pp.7-8).

Castel-Branco defende que tanto o PPI como o PRE/PRES, embora reflitam filosofias económicas opostas, falharam porque nem o plano marxista nem o programa neoliberal compreendeu as limitações e fraquezas tanto dos mercados como do estado, mas tinham, cada um, uma visão idealizada do estado, no caso

do PPI, e do mercado, no PRE/PRES. Por isso, “nenhuma das estratégias conseguiu construir as condições institucionais para implementar com sucesso as suas linhas de desenvolvimento” (p. 609).

Nem estado nem mercado. Casal (1994) acredita em uma outra parceira com o desenvolvimento. “Cultura deve entrar como recurso num processo de desenvolvimento; mais, ela deve ser a matriz do desenvolvimento. O corolário e complemento desta afirmação é que o desenvolvimento é factor e função da cultura” (p. 10). Para ele, desenvolvimento e cultura são as duas faces de um mesmo processo, que interagem entre si e produzem efeitos integrados socioeconômicos que são culturalmente valorizados por quem supostamente mais importa: os desenvolvidos (p. 11).

Com o fim da guerra e a adoção das medidas neo-liberais impostas pelo BM e pelo FMI, Moçambique desfrutou durante muito tempo do título de exemplo para os outros países africanos atolados em dívidas e devastados com guerras internas.

Para Van Den Bergh, a paz funcionou em Moçambique, como diz o título de seu livro (Awepa, 2009), que considero paradigmático do pensamento dos que estão na linha de lá do pensamento abissal. Ela trabalhou como representante da Association of European Parliamentarians with Africa (Awepa) no país nos seis anos seguintes ao Acordo de Paz, assinado em 1992, chamado período de transição. “Mozambique is unique in its combination of smooth transition from a guerrilla movement to an opposition party, effective demobilisation and the absence of a truth and reconciliation commission” (p. 4).

Cahen (2005) defende que o processo de construção de paz de Moçambique, depois de 16 anos de guerra civil, não foi o sucesso que se tentou vender ao mundo, ao considerar o país um “bom pupilo” do BM e FMI. O falhanço deu-se porque o processo de unificação refletiu a enorme assimetria dos grupos de elite do país, pois ao invés de sair para uma “transição socialista”, como aconteceu em Cabo Verde, rumou para um processo que privilegiava uma “microelite” que desejava o que ele chama de “ocidentalização nacionalista” (p. 216).

What has survived best from the “Marxist” period is indeed state nationalism. Neo-liberalism has weakened the capacity to impose it, but it is very much alive. Mozambican people are still to be

“modernized”, “organized”, “integrated”, and so on. High technology in foreign private companies may have replaced heavy tractors from Bulgaria on state farms – for the marginalized peasant, is this model of social development so different? (p. 230)

Aos olhos do Norte Global, o exemplo moçambicano parecia validar os modelos neo-liberais de política económica do FMI e do BM que a estabilização monetarista e liberalização económica promovem rápido crescimento económico e redução da pobreza com uma base sustentável do ponto de vista macroeconómico (Castel-Branco, 2010, p. 6). Porém,

depois de uma década de silêncio ou de ambiguidades e contradições, o BM e FMI reconheceram oficialmente que os mega projectos pouco ou nada contribuem para a redução da pobreza e para a sustentabilidade do crescimento económico, e que os incentivos fiscais que lhes são atribuídos os tornam irrelevantes e elevam os seus rácios de custo/benefício social (p. 7)

A assinatura do AGP também representaria um novo marco na vida das moçambicanas, como entende Agy (2018). O acordo de 1992 deu início ao Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL), que criava órgãos do poder local, e, por extensão, reconhecia as autoridades tradicionais no meio rural, o que permitiu que as mulheres ocupassem lugares de líderes tradicionais, como Rainhas (p.8). Houve aumento (para 25%) no número de mulheres deputadas na Assembleia da República, o que lhes proporcionava uma maior presença nos processos de tomada de decisão. O que não necessariamente significava que elas seriam ouvidas, pois a prioridade era a ideologia do partido e a sua participação no processo de tomada de decisão dependia de autorização prévia. “Este facto retirava à mulher a autonomia e competência na resolução dos problemas” (p. 8 apud Mejia et al., 2005, p. 47). Com o AGP, o Partido-Estado passa a incorporar a mulher e as relações de género nos planeamentos estratégicos do Governo, com vistas a promover a igualdade entre mulheres e homens em seus programas.

Do início dos anos 90 até meados da década de 2010, Moçambique viveu um período do que se considera paz: ausência de violência. No entanto, as políticas ditadas pelos organismos financeiros internacionais provocaram, como em muitos outros países do Sul Global, violência, especialmente estrutural, que foi agravada com a corrida pelas riquezas naturais de Moçambique. Moçambique

atravessou e passa continuamente por uma das seis manifestações multidimensionais da violência definidas por Galtung (1969). Especialmente na sua história recente, de acordo com Feijó (2019).

Metade do último meio século foi vivida em conflito militar (1964-1974; 1976-1992; 2013-2014), com repetidas experiências de trabalho obrigatório, deslocações e reassentamentos forçados, reclusão em centros de reeducação, fuzilamentos e castigos corporais. Por outro lado, a implementação do multipartidarismo e de um sistema democrático não invalidou a manutenção de práticas bastante violentas, das quais os linchamentos - por motivos de roubo ou feitiçaria.

Construção do novo colonizador

Violência sem projeto político alternativo é o que Mbembe (2014) chama de lumpen- radicalismo, resultado da institucionalização das práticas de extorsão e de corrupção, que facilmente levam à pilhagem. Pilhagem de toda ordem, em todas esferas, visto que atinge muito além dos bairros de caniço.

Este tipo de populismo sangrento também é mobilizado pelas forças sociais que, tendo colonizado o aparelho do Estado, converteram-no em instrumento de enriquecimento de uma classe ou, simplesmente, em um recurso privado, ou ainda em uma fonte de açambarcamentos de todos os gêneros. Correndo o risco de utilizar o Estado para destruir o Estado, a economia e as instituições, essa classe está disposta a tudo para conservar o poder, pelo que, a seus olhos, a política não passa de um modo de conduzir a guerra civil ou a luta étnica e racial por outros meios (p. 24)

Esta classe disposta a tudo para se manter no poder é a lumpen-elite moçambicana, como qualifica Cahen, que passou a ganhar vida a partir de 1980, quando do fim do regime Marxista e do começo do processo de liberação econômica, resultante dos ajustamentos estruturais exigidos pelo FMI e Banco Mundial. De acordo com Feijó (2019), os membros da Frelimo que estavam no poder viam nos processos de privatização uma oportunidade de aquisição de riqueza e influenciaram a orientação das medidas do Governo em direção à nova economia de mercado. Enquanto a elite política beneficiava-se com as reformas liberais, a vasta maioria dos camponeses sofria com os efeitos do programa, como a liberalização de preços, a crescente inflação e queda do poder de

compra. “Mudou a economia, mudou o discurso oficial, que deixa de ser sustentado no preceito de ‘libertação do homem e da terra’ para proclamar a ‘possibilidade de os povos anteriormente colonizados se poderem tornar capitalistas’” (pp. 23-24).

Na década de 90, sob os auspícios da proclamação da paz, o processo de exploração ganhou novo fôlego e uma nova versão, segundo Feijó, e mais uma vez a Renamo era deixada fora da festa.

Quando foi assinado o AGP, grande parte do patrimônio do Estado havia já sido privatizado e adquirido, beneficiando os elementos do partido mais próximos do Estado. Curiosamente às vésperas do Acordo de Roma, a Renamo continuava a advogar o combate aos comunistas da Frelimo, apesar de grande parte destes elementos já estarem envolvidos com negócios individuais ou em alianças com o capital estrangeiro. Localizados fora dos grandes centros urbanos e agro-industriais, os membros da Renamo foram excluídos dos processos de privatização, assim como de participação em sistemas rendeiros e clientelistas (...). acabou por condicionar as expectativas de grande parte dos membros da Renamo que, até aos dias de hoje, esperam que ‘agora é nossa vez de comer’ (Wiegink, 2015)” (p. 23).

Por outro lado, a Renamo conseguiu trazer de volta para o cenário político a figura das autoridades tradicionais (Florêncio, 2003, p. 60), que ficaram banidos desde a independência, quando a Frelimo adotou como nova dinâmica do meio rural um modelo que aniquilava os meios de reprodução social (p. 161). Com a assinatura do AGP, a Renamo conseguiu, no Protocolo V, que:

- Para o exercício da administração pública nas zonas controladas pela Renamo deverão fazer uso unicamente de cidadãos nelas residentes podendo estes ser membros da Renamo. O Estado deverá dar a tais cidadãos e às instituições que dirigem respeito, tratamento e apoio necessários para o exercício das suas funções, na base da estrita igualdade e sem quaisquer discriminações em relação a outras que exercem funções análogas e instituições do mesmo nível em outras zonas do País; e
- O Governo compromete-se a respeitar e a não antagonizar as estruturas e autoridades tradicionais onde elas estejam actualmente de facto exercendo tal autoridade, permitindo a sua substituição apenas nos casos exigidos pelos

próprios procedimentos da tradição local.

Tudo tem que mudar para continuar o mesmo

Casimiro argumenta que o discurso da Frelimo durante a guerra pela liberdade e posteriormente como partido de cariz marxista-leninista ao fim e ao cabo é o mesmo das instituições financeiras de Bretton Woods, quando da imposição do modelo neoliberal como saída para Moçambique atingir o crescimento económico e desenvolver-se. Quando da implantação das machambas estatais mecanizadas ignorou-se a agricultura familiar e os cultivos comunitários, pois tratava-se, então, segundo a autora, de uma luta entre os homens e natureza e entre classes de homens, o que requeria uma aliança entre homens industriais e homens camponeses.

Para a autora, o problema não foi o trabalho das mulheres ter sido ignorado, mas ter-se concebido que a batalha pela produção era um antagonismo entre “a liderança heroica e masculina, e a passividade feminina, devido à sua ligação com a natureza e com o pré-capitalismo”, visto que os defensores da mecanização da agricultura viam os agregados familiares como atrasados e duplamente oprimidos pela sociedade feudal-colonial e capitalista, ou seja, uma visão que equaciona mulheres e família com “as estruturas pré-capitalistas”.

A construção do discurso da Frelimo acerca das mulheres como 'duplamente oprimidas' conduziu à definição de papéis e actividades concretos para as mulheres, vistas como vítimas, que apenas poderiam escapar desta situação, através da luta de classes, da industrialização e duma política revolucionária da modernização. Interessante é constatar como esta formulação tem sido utilizada pelo Banco Mundial, na sua estratégia de incorporar as mulheres nos programas de ajustamento estrutural, ou seja, no desenvolvimento capitalista (Scott, 1995: 105-119), o que é revelador da capacidade destas instituições internacionais de cooptarem e esvaziarem de conteúdo discursos potencialmente e/ou aparentemente emancipatórios.

Como resume Hanlon (1996):

Numa só geração, os moçambicanos passaram por uma série de mudanças rápidas e traumáticas: da opressão do colonialismo à euforia da independência, de uma guerra que matou um milhão de pessoas a eleições que prometeram paz e prosperidade. E, simultaneamente, dum capitalismo primitivo de cantineiro ao Marxismo, para voltar ao capitalismo primitivo (p. 1)

Onde habitam os historicamente negligenciados

O campo, segundo Macuane, é o espaço sócio-econômico mais característico do país, onde reside e tira seu sustento a maioria da população. O meio rural, observa,

É também um espaço político onde historicamente forças emergentes se organizam e operam, tendo como exemplo a natureza rural da guerra dos 16 anos e onde também os actores políticos, no contexto da democracia multipartidária, travam as batalhas mais complexas, em que regras formais nem sempre são respeitadas e as normas que mediam a interação são recriadas de acordo com o contexto” (Feijó, 2019, p. xiii).

Assim como Bowen argumenta em seu livro *The State against the peasantry* (2000), Brito *et al* sustentam que com exceção quando foi chamada pela Frelimo para formar uma aliança operária-camponesa na luta pela independência, a população rural tem sido preterida pelos dirigentes do partido, desde que assumiu o poder, mantendo, assim, “a tradição política autoritária que teve início no período colonial” e a manteve até quando tornou-se uma democracia multipartidária e com o fim da guerra civil. Para os autores, os líderes da Frelimo substituíram alianças políticas por negócios com o grande capital estrangeiro. Um quadro que se fortalece com a situação da indústria extractiva.

Historicamente negligenciados, os camponeses tornam-se cada vez mais marginalizados a partir da descoberta de gigantescas reservas de gás natural em Moçambique, a partir do final dos anos 90, e posteriormente com a descoberta de outros vastos e ricos recursos naturais, como rubi e grafite. Na época levantou-se a questão se a descoberta de tamanha riqueza representaria uma bênção ou maldição, como costumeiramente levanta-se a questão quando tais descobertas acontecem.

A implantação das grandes corporações de mineração implica na deslocação forçada de famílias. Em dezembro de 2012 emitiu-se um Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) provisório de um projeto de uma fábrica de liquefação de gás natural em Palma, capital de Cabo Delgado, de sete mil hectares, o que implicou o reassentamento forçado²⁹ de 663 agregados familiares (Maquenzi, 2019, p. 5). De acordo com o Human Rights Watch³⁰, no período de 2009 a 2013, as mineradoras Vale, Rio Tinto e Riversdale, juntas, provocaram o deslocamento compulsório de mais de 1.400 famílias.

Os processos de licenciamento de mineradoras e os de reassentamento são criticados quanto à falta de transparência: “falta de informação fiável e atempada e localmente disponibilizada; comunicação deficitária por parte das empresas; promessas aliantes feitas por agentes do Estado durante as fases de consulta (acesso a empregos, escolas e hospitais de qualidade, entre outras vantagens exageradas” (Feijó, 2019, p. 25). Berta Rafael, do Centro Terra Viva, acrescenta que falta também acesso à informação sobre os ‘2.75%’. “Ninguém sabe nada sobre este pagamento³¹”. Rafael refere-se à percentagem sobre o imposto de produção pago pelas mineradoras ao Governo que deve ser utilizada nas comunidades afetadas pela indústria extrativa.

O discurso do Governo continuava a reforçar que com a chegada das mineradoras haveria desenvolvimento, empregos e a população sairia da pobreza. Quando assumiu seu novo mandato, em janeiro de 2020, o presidente Felipe Nyusi foi mais além: pediu que os moçambicanos sejam pacientes para usufruir dos benefícios que virão com as mineradoras. No entanto, o Índice de Desenvolvimento Económico do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), de 2019, mostra que Moçambique permanece no bloco dos países com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando a 180ª posição, de um total de 185 países (UNDP, 2019, p. 302). É também o

²⁹ Deslocados forçados internos recebem o eufemismo neoliberal de Development-induced displacement and resettlement (DIDR) ou simplesmente displaced by development.

³⁰ <https://www.hrw.org/report/2013/05/23/what-house-without-food/mozambiques-coal-mining-boom-and-resettlements>

³¹ Entrevista em campo

país que apresenta o mais baixo índice entre os 16 países integrantes da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral³² (UNESCO, 2017, p. 10).

Nos últimos quinze anos, os fluxos externos de capitais privados representam cerca de 85% do investimento privado total no país. Uma substancial parte destes recursos, informa Castel-Branco (2010), é destinada a um pequeno número de grandes projetos de natureza extrativa - minerais, florestas, energia, entre outros) ou desembocam em indústrias de natureza oligopolista, tais como bebidas, açúcar, cimento. O resultado é

duas dezenas de empresas, que empregam meia centena de milhares de trabalhadores, produzem o grosso do crescimento do PIB (...) O investimento privado é tão dependente de fluxos externos de capitais, e estes fluxos refletem sobretudo os interesses globais dos grandes investidores multinacionais interessados em explorar os recursos naturais - terra, florestas, minerais e energéticos (p. 6).

³² A SADC é composto por Angola, Botswana, Comoros, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. <https://www.sadc.int/member-states/>

CAPÍTULO 2 – AS CONDENADAS DA TERRA

Imperialismo linguístico em meticais

Como visto, a luta pela igualdade entre homens e mulheres remonta ao período em que a Frelimo era ainda um movimento pela libertação e ganhou garantia legal na Constituição de 1990. Foi também nos anos 90 que o conceito de ‘gênero’ surgiu no contexto sobre desenvolvimento, o que viria ser chamado de Género e Desenvolvimento (GeD). Doadores e agências internacionais começaram a incluir as desigualdades entre homens e mulheres numa abordagem multisectorial e passaram a dar ênfase a programas e projetos que integram a questão da mulher como um fator importante no processo de desenvolvimento, na perspectiva da Mulher em Desenvolvimento (MeD). (Tvedten et al., 2013, p. 45).

Não à toa, Moçambique é signatário de todos os instrumentos internacionais de promoção da igualdade das mulheres e de combate à violência. No âmbito doméstico, desde a década passada foram criados instrumentos com o mesmo propósito. O mais recente deles é o Plano Nacional de Acção Sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNAMPS) para o quadriênio 2018-2022. As áreas prioritárias de ação do Plano estão divididas em cinco eixos e absorverão um total de 116.835.000,00 meticais (2018:25) – o que dá aproximadamente quase dois milhões de euros.

Eixo	Objetivo	Ações
1. Quadro Político e Legal sobre a Mulher, Paz e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um ambiente favorável para a implementação da legislação sobre mulher, paz e segurança. - Criar mecanismos de levar os violadores dos direitos das mulheres e raparigas à justiça e puni-los exemplarmente e garantir empoderamento das mulheres e raparigas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um grupo de trabalho multissetorial para implementar e monitorar os compromissos sobre mulher, paz e segurança; - Capacitar quadros dos sectores chave sobre assuntos de paz, Mulher e Segurança; - Ratificar, domesticar e implementar a legislação sobre mulheres, paz e segurança.
2. Igualdade e Equidade de Género nas instituições de	Inclusão da perspectiva de género nas instituições do sector de defesa e segurança, para viabilizar a transversalidade de género entre sectores e actuar de forma a prevenir abusos e violência por	- Capacitar periodicamente membros das Forças de Defesa e Segurança sobre assuntos de integração de género nas missões de paz e segurança;

<p>defesa e segurança</p>	<p>parte dos diferentes intervenientes tanto internamente quanto em missões de paz em outros países.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rever políticas sobre defesa e segurança para integrar a perspectiva de género; - Incorporar a temática de género na formação das escolas de polícias, militares e de justiça; - Promover o desenvolvimento da estratégia de género no sector da defesa e segurança.
<p>3.Participação da Mulher nas estruturas e processos de paz e segurança</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a participação da mulher moçambicana, no processo de paz nacional e na promoção do diálogo internacional, por seu grande impacto e visibilidade internacional. - Reforçar cada vez mais a coesão e confiança ao nível nacional e internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estudo para identificação dos principais constrangimentos para a entrada e ascensão de mulheres nas forças de defesa e segurança; - Capacitar mulheres líderes nas três esferas de poder (executivo, legislativo e judicial) em matérias de paz e segurança; - Elaborar uma base de dados sobre mulheres formadas em matérias de paz, segurança e resolução de conflitos; - Adoptar e aprovar um quadro jurídico que estabelece quotas de pelo menos 30% para recrutamento e formação de mulheres nos efectivos das forças de defesa e segurança e Justiça; - Realizar trocas de experiência sobre assuntos de mulher, paz e segurança.
<p>4.Violência sexual e baseada no género em situações de conflito e paz</p>	<p>Prover atendimento às necessidades de mulheres combatentes e civis durante e após conflitos armados é fundamental, devendo-se garantir o seu acesso aos serviços básicos e meios de subsistência principalmente às vítimas de violência sexual.</p> <p>As mulheres e raparigas deslocadas e refugiadas apresentam maior grau de vulnerabilidade, visto que, encontram-se sem o suporte da comunidade de origem, enfrentam múltiplas discriminações, passam a ser alvo de tráfico de aliciamento a práticas ilegais sendo necessário direccionar atendimentos específicos a essas pessoas visando garantir sua integridade e reconhecimento a seu carácter civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir nos programas de assistência às vítimas de violência a componente de atendimento a mulheres, raparigas e crianças em contexto de conflito armado; - Integrar nos programas de protecção social a assistência e atendimento específico para mulheres e raparigas sobreviventes de conflitos armados; - Realizar concursos de redacção nas escolas secundárias sobre mulheres, paz e segurança. - Reforçar a implementação da legislação e programas de combate a violência sexual e baseada no género e sobre tráfico de pessoas; - Formar profissionais da área de defesa e segurança e pessoas envolvidas em missões de paz sobre assuntos de violência sexual e violência baseada no género; - Divulgar os resultados dos estudos em curso sobre a Prevalência da Violência Baseada no Género no país e na região; - Criar centros de reabilitação, assistência e reintegração das vítimas de abuso sexual e violência baseada no género.
<p>5.Perspectiva de género nos</p>	<p>Durante conflitos armados as mulheres tornam-se as principais chefes de família, havendo, dessa maneira, uma sobrecarga de suas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Advocar para que os fundos destinados a assistência social incluam o apoio as mulheres e raparigas, assim como as

esforços de ajuda de emergência e recuperação	actividades e trazendo a evidência com relação à necessidade de ter fonte de rendas acessíveis. No período pós-conflito, abre-se uma janela de oportunidade para promoção de modificações estruturais na sociedade, incluindo aquelas que poderão construir uma sociedade com maior equidade de género sendo fundamental assegurar o acesso igualitário à educação para raparigas e rapazes e empoderar economicamente as mulheres.	organizações femininas nas suas iniciativas sociais e económicas tendentes à sua integração comunitária; <ul style="list-style-type: none"> - Promover o reassentamento na perspectiva de género; - Promover o acesso à educação e saúde para mulheres e raparigas afectadas por conflito ou de crise humanitária.
--	---	--

Fonte: Plano Nacional de Acção Sobre Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022

Reduzir a vulnerabilidade de mulheres e raparigas sobreviventes de conflitos armados é um dos resultados esperados do Eixo 4: Violência sexual e baseada no género em situações de conflito e paz. Vulnerabilidade, mostra Bankoff (2003) tornou-se tão parte do léxico supremacista do salvador colonial, como “desenvolvimento” e “tropicalidade”. É o que Hendrix-Jenkins chama de “imperialismo linguístico”, em seu artigo *It’s time to put an end to supremacy language in international development*³³. Palavras que fazem parte do mesmo discurso cultural de classificar largas regiões do planeta como infestadas de doenças, assoladas pela pobreza e sujeitas a desastres, cujos habitantes são incapazes de cuidar de si mesmos e seus países; um universo que precisa dos remédios, do dinheiro e da superioridade do Ocidente para a cura de suas mazelas. (pp.19-35)

(...) they are variants of the same hegemonic discourse that identifies one and the same parts of the globe as the abode of mainly disadvantaged people who dwell in poorly governed and environmentally degraded spaces. As Hewitt notes, the concept of vulnerability still encourages a sense of societies and people as weak, passive and pathetic, and he compares it to other ‘social pathologies like, or derived from, poverty, underdevelopment and overpopulation’ (Hewitt, 1997: 167) (p. 29).

³³ https://www.opendemocracy.net/en/transformation/its-time-to-put-an-end-to-supremacy-language-in-international-development/?utm_source=Transformation&utm_campaign=eb8a49148a-RSS_EMAIL_CAMPAIGN&utm_medium=email&utm_term=0_9f93c95423-eb8a49148a-408125793

Butler (2016) retira aquela conotação supremacista do conceito de vulnerabilidade para conferi-lo com um novo que denota poder e emancipação, o que será abordado na Conclusão deste trabalho.

O imperialismo linguístico também apropriou-se de gênero e transformou-a na “panaceia para todos os males e resposta a todas as demandas das mulheres”, como alerta McFadden. Mas houve e há resistência contra esta apropriação conceitual do neoliberalismo:

Side by side with this conceptual sabotage of a notion that was crafted out of women’s struggles for a better understanding of patriarchy, gender as a critical thinking tool has served to explain the ways in which women experience patriarchal exclusion, impunity, supremacy, and dehumanization, through a theoretical exercise and practice that is foundationally informed by the ideology and political practice of Feminism – as a resistance and celebratory tradition (McFadden, 2016, p. 2).

O Censo 2017, do Instituto Nacional de Estatística (INE), informa que Moçambique tem uma população de 28.861.863 habitantes, com as mulheres sendo maioria somando 15.061.006. em todas suas onze províncias. A população feminina é maioritária em todas onze províncias do país. Do total da população feminina, quase a metade (49.4%) delas é analfabeta (2019). Da população feminina total, 62.4% moram na zona rural. Ressalte-se que Moçambique está na 180ª posição no IDH de 2017 e encontra-se entre os piores do mundo no Índice de Desenvolvimento de Gênero, bem como no Índice de Desigualdade de Gênero, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), sendo o quarto país com o maior número de gravidez precoce (148.6 por cada mil), perdendo apenas para Mali, Niger e Chad.

Diante destes números oficiais, há de se indagar como os planos governamentais de promoção da igualdade e combate à discriminação de gênero não contemplam nenhum dos aspectos mais fundamentais das questões que afligem a população feminina do país, cujas respostas estão contidas na II Declaração das Mulheres Rurais, de agosto de 2014, como resultado da realização do Fórum Moçambicano de Mulheres Rurais, reunindo pequenas produtoras, camponesas, comerciantes informais, pescadoras artesanais, apicultoras.

A indagação acima pode ser respondida pelo Relatório do CMI sobre Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique (2014):

Moçambique tem uma longa tradição política de enfatizar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres (...) Todavia, o impacto da política sobre estas questões sofreu de uma ordem sócio-cultural patriarcal fortemente enraizada, fraca implementação dentro das instituições e da política dominante de ‘integração de género’ – que efectivamente pulverizou a responsabilidade e fez das questões de género uma questão ‘transversal’ sem compromisso tanto para o governo como para os doadores. As principais excepções são um forte lobby da sociedade civil, representado em primeiro lugar e principalmente pelo Fórum Mulher, as agências especializadas das NU, UNFPA e UNIFEM, e o Canadá e a Suécia como doadores bilaterais particularmente comprometidos. Para todas as instituições relevantes, o maior desafio é passar agora da política à prática, através de intervenções concretas em questões de igualdade de género e empoderamento da mulher (p. 7).

A primeira demanda das mulheres camponesas moçambicanas, como explicitada na Declaração, é que se mantenha a paz, a convivência saudável, a comunicação e “o diálogo transformativo” porque a paz, além de ser um “um bem precioso” é também “um direito colectivo das mulheres inalienável e inegociável”, como afirma a Declaração. Por outro lado, o terceiro eixo do PNAMPS 2018-2022 quer fortalecer “a participação da mulher moçambicana no processo de paz nacional e na promoção do diálogo internacional, por seu grande impacto e visibilidade internacional”. Não fala, porém, na participação da mulher na *construção da paz nacional*. Não inclui ações para elas sentarem-se à mesa das negociações de paz. Talvez tenha chegado a hora das mulheres moçambicanas adotarem o conselho da primeira afro-americana eleita para o Congresso Americano, em 1968, Shirley Chisholm³⁴: “se eles não lhes derem uma cadeira à mesa, traga seu próprio assento”. Quatro anos depois, em 1968, tornou-se pioneira mais uma vez: candidatou-se à presidência dos Estados Unidos.

Paz sem voz é medo

Nenhuma das demandas contidas na II Declaração das Mulheres Rurais, de 2014, foi contemplada no PNAMPS 2018-2022. A Declaração é, em suma, é o

³⁴ <https://bringyourownchair.org/>

direito de produzir para ter uma vida digna a partir do compartilhamento dos bens comuns e participação efetiva nas mesas de negociação, o que traria paz:

- A paz é um bem precioso que devemos preservar como um direito coletivo;
- Nosso bem-estar e nossa autonomia estão ligados ao acesso à terra e aos recursos que a natureza nos disponibiliza para viver, pelo que queremos ser incluídas na discussão e na tomada de decisão sobre o uso da terra e dos recursos naturais para investimentos de pequena, média e grande escala;
- Que as iniciativas de promoção da agricultura contemplem a potencialização da prática agrícola pelas mulheres, valorizando nosso conhecimento, nossas tecnologias e experiências, privilegiando a agroecologia e as demandas nutricionais das nossas famílias;
- Que as políticas de desenvolvimento privilegiem a construção de infraestruturas rurais resistentes aos desastres naturais e uma massificação das tecnologias de prevenção e de alerta de desastres;
- Como maiores usuárias da terra, queremos ter maior controlo sobre este recurso, através da obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, em nome das mulheres viúvas, mães solteiras e mulheres chefes de família, com menos burocracia e custos acessíveis e ajustados à nossa realidade, de modo a que o Direito à Propriedade e Herança seja uma realidade para as mulheres moçambicanas;
- Mais esforços para reduzir o índice de analfabetismo, para reduzir os casamentos prematuros, de gravidezes precoces e de mortalidade materno-infantil, que afeta, com mais extensão, as mulheres e raparigas do meio rural;
- Conforme compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Estado, queremos participação igualitária de mulheres e homens nos postos de tomada de decisão, a nível nacional, provincial e local;
- Queremos que as mulheres que ocupam lugares nos órgãos de tomada de decisão, desde o nível local, distrital, provincial até ao central, se reconheçam como protagonistas das questões ligadas à vida das mulheres moçambicanas.

Pesquisadora no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Moçambique e do Ministério de Economia e Finanças³⁵, e consultora de grandes corporações³⁶, de acordo com seu perfil na plataforma Academia, Enilse Sarmiento foi para Madrid em 2011 falar sobre o papel da mulher no desenvolvimento de Moçambique, e que resultou em uma brochura (2011). Segundo ela, estima-se que pelo menos 90% de todas as mulheres economicamente ativas estejam envolvidas na agricultura, comparado com 66% dos homens economicamente ativos, e que a maioria das mulheres esteja empenhada na agricultura de subsistência. Apresentou outra estimativa: que as mulheres rurais gastem em média 14 horas de trabalho por dia em atividades agrícolas, ir buscar água, na gestão de pequena pecuária e deveres domésticos.

A consultora e pesquisadora do Ministério afirmou que tais números mostram o quanto a mulher tem estado envolvida no processo de desenvolvimento em Moçambique, nos últimos cinco anos, em razão do crescimento da produção agrícola. Um aumento, segundo ela, que reflete “no crescimento do número de trabalhadoras agrícolas empregadas por fazendeiros comerciais empenhados em agricultura comercial de larga escala produzindo cana-de-açúcar, tabaco, castanha de caju, algodão, flores, vegetais, girassol e pimentão” (p. 6).

O que a consultora do Ministério de Economia e Finanças omitiu em sua apresentação, como representante do Governo Moçambicano sobre mulheres e desenvolvimento, foi que é bastante provável que muitas daquelas mulheres tiveram que recorrer ao trabalho assalariado porque foi-lhes tomada a terra onde praticavam agricultura de subsistência para alimentar sua família e os excedentes eram vendidos nas feiras mais próximas de suas moradas, o que lhes rendia uma renda extra. Afinal, como afirma Federici (2010), para o capitalismo, só tem valor – e preço – quando trabalho vira mercadoria, bens naturais vira commodities, a produção é absorvida pela mão invisível do mercado e pessoas são transformadas em mão de obra formal.

³⁵ De acordo com seu perfil no LinkedIn

³⁶ Como mostra seu perfil na plataforma Academia

Fascismo territorial

Um quadro que fica cada vez sombrio com o que Boaventura chama de “orgia dos recursos naturais”, que corromperam a classe política “de alto a baixo”. Ele teme uma ‘angolanização’ de Moçambique (2013)³⁷, resultando na desmesurada concessão de mais e mais terra para exploração a mineradoras do mundo inteiro, que exercem as suas atividades com pouca regulação estatal, desrespeitam os direitos humanos das populações deslocadas, violam todos seus ecossistemas. Aquela desmesurada concessão tem como sinónimo um conceito que Santos (2007) desenvolveu: fascismo territorial, quando

actores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controlo do território onde actuam ou neutralizam esse controlo, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses (...) sob diferentes formas, a usurpação original de terras como prerrogativa do conquistador e a subsequente “privatização” das colónias (p. 16)

Santos avança que no fascismo territorial, as populações civis que moram em zonas de conflito são as mais afetadas. Para este trabalho, considero pertinente incluir regiões cobiçadas pelas mineradoras como zonas de conflito. Casimiro & Cunha (2019) reportam que o impacto da indústria extrativista sobre a população feminina, “duplamente afetada onde as operações de mineração em larga escala ocorrem”, tem causado “tragédias pessoais e coletivas de enorme amplitude”. Ana Paula, da Associação da Barragem resume de forma contundente: “primeiro violam as mulheres, depois violam nossos recursos”³⁸. Relatório do Human Rights Watch (2013) também respalda a crítica de Boaventura: falta fiscalização sobre a implementação do que determina o Decreto 31/2012 que aprova o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, que ficou conhecido como a Lei de Reassentamento.

³⁷

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mo%C3%A7ambique%20Maldi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Abund%C3%A2ncia_26July12.pdf

³⁸ Entrevista em campo

De acordo com o relatório da HRW, muitas famílias reassentadas de Tete consideravam-se autossuficientes por terem relativamente fácil acesso à água e à mata - e por extensão à lenha -, o que permitia às mulheres ter suas machambas de onde tiravam a alimentação da família e os excedentes agrícolas eram vendidos nos mercados da capital, para onde podiam deslocar-se à pé, o que lhes gerava uma pequena renda. Agora vivem bem distantes das terras que lhes foi designada, cujo solo não é tão fértil e até precisam pagar pelo fornecimento precário de água.

Muitos dos agregados familiares reassentados sofreram períodos de insegurança alimentar, ou quando possível, de dependência em relação à assistência alimentar financiada pelas empresas responsáveis pelo reassentamento. Deficiências graves tanto na política do governo como na fiscalização e na implementação feita pelas empresas privadas, levaram à deslocação das comunidades para estes locais. Houve também falta de comunicação entre o governo e as empresas de mineração com as comunidades reassentadas, bem como a falta de mecanismos acessíveis e de resposta relativos à participação na tomada de decisão, expressão de queixas e obtenção de soluções para as reclamações e injustiças. (p. 4)

O depoimento de Maria C., uma agricultora reassentada em Mwaladzi, uma aldeia de reassentamento da Rio Tinto, colhido em 2012 pelos investigadores do Human Rights Watch deixa isso claro:

Eu costumava produzir mapira, suficiente para encher o armazém, provavelmente cerca de cinco ou seis sacos. Tínhamos uma cozinha cheia de milho. Nós só comprávamos comida quando havia algum problema, mas geralmente nós não tínhamos que o fazer. A terra agrícola que recebemos [depois do reassentamento] é vermelha e não preta como tínhamos antes. Tentei cultivar milho e morreu. A mapira também falhou. A nova casa é apenas uma casa. Eu não estou muito satisfeita. O que eu posso dizer é, o que é uma casa sem comida? Eu não posso comer a minha casa (p. 5).

Sem terra para cultivar não há agricultura de subsistência das mulheres, que são a principal fonte de segurança alimentar de milhões de pessoas em todo mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), mais de 95% das mulheres rurais trabalham na agricultura, contra 63.8% dos homens rurais e elas são as responsáveis pela maior parte da produção agrícola, bem como é delas a total responsabilidade pelo trabalho doméstico, aí incluídos apanhar água e lenha, e cozinhar para a

família. Os homens auxiliam primariamente com a limpeza (*sacha*) do terreno e preparação do solo e um pouco menos na colheita. Estima-se que as mulheres rurais gastam uma média de 8 a 9 horas por dia em trabalho na terra, 3 a 4 horas executando tarefas domésticas e duas horas para ficar ainda mais aguçada quando coletar água e lenha³⁹.

A preponderância do papel da mulher na segurança alimentar é ressaltada por Federici (2013), quando afirma que a despeito dos esforços sistemáticos dos poderes coloniais para destruir o trabalho e as ações das mulheres na agricultura, elas, além de serem as responsáveis pela comida que chega às mesas suas e de muitas famílias de classe média ao redor do mundo, estão na linha de frente da resistência nas lutas pelo uso não capitalista dos recursos naturais, como terra, mata e água (p. 224). E ilustra sua assertiva com um depoimento de uma campesina hondurenha, Elvira:

¿Cómo podemos salir de la pobreza si ni siquiera disponemos de un pedazo de tierra para cultivar? Si tuviésemos tierras para cultivar, no necesitaríamos que nos enviasen comida desde Estados Unidos. No. Tendríamos la nuestra. Pero mientras el gobierno se niegue a proporcionarnos las tierras y otros recursos que necesitamos, continuaremos teniendo extranjeros que decidan cómo gobernar nuestra tierra.

Responsáveis pela produção de até 80% de todos os alimentos básicos para consumo doméstico, segundo Federici, as lutas das agricultoras pelo direito de ter um pedaço de terra para cultivo representa um movimento de expansão da agricultura de subsistência, que é responsável pela sobrevivência de milhões de pessoas, especialmente em África e Ásia. Um trabalho, no entanto, que continua sendo “invisível” aos olhos da economia neoliberal, por não ser assalariado e nem realizado sob o controle do capital transnacional (pp. 229-230).

Aquí radica la importancia de las luchas de las mujeres por la tierra. Las mujeres han supuesto el principal parachoques del mundo proletario frente a las hambrunas provocadas por el régimen neoliberal del Banco Mundial. Ellas han sido las principales oponentes frente a la exigencia neoliberal de que sean los «precios del mercado» los que determinen quién debe vivir y quién debe morir, y son ellas las que han

³⁹ <http://www.fao.org/3/v8194e01.htm>

proporcionado un modelo práctico para la reproducción de la vida bajo un modelo no comercial. (p. 234-235)

De acordo com a FAO, culturas da agricultura de subsistência são consideradas “plantações de mulheres”, em oposição às plantações de homens, “cash crops”, que geram renda. Uma divisão profundamente paternalista por relegar à mulher somente a responsabilidade de alimentar a família, daí ela optar pela agricultura de subsistência. Reconhece-se, contudo, que esta divisão é turva e perpetua o ciclo vicioso da feminização da pobreza:

In general, however, it is difficult to tell whether women grow lower-value subsistence crops because they have different preferences and concerns or because they cannot access the land, inputs, credit, information, and markets that would permit them to do otherwise⁴⁰.

Ruptura de laços

A situação de Maria C é a mesma de uma boa parte das mulheres afetadas pela indústria extractivista que participaram do Acampamento em Pemba, que testemunham que muitos dos artigos dos Capítulos 1 e 2 do Decreto 31/2012 que aprovam o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas não são obedecidos. A começar pelo Artigo 5: “O reassentamento visa impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do país e garantir que a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e económicos”.

O Artigo 10 determina que são direitos das populações diretamente afetadas o restabelecimento do seu nível de renda, a restauração do seu padrão de vida, têm que ser transportadas para o novo local de habitação com seus bens para o novo local de residência, devem viver em um espaço físico com infraestruturas e equipamentos sociais, onde tenham espaço para praticar as suas atividades de subsistência, e que possam opinar durante o processo de reassentamento.

⁴⁰ <http://www.fao.org/gender/insights/detail/en/c/36003>

Já o Artigo 16, que define sobre o Modelo de Reassentamento, determina, entre outras medidas, que a casa seja regularizada e infraestruturada e tenha pelo menos 70 metros quadrados de área. Estabelece ainda que no processo de construção das habitações deve-se garantir a preservação da vegetação e também garantir a continuidade do exercício de atividades de subsistência, consoante os casos, ou definir programas de geração de renda. Reza também que devem ser construídas vias de acesso, prover abastecimento de água, saneamento, eletrificação, saúde, educação, lazer, desporto, recreação locais de culto e de reunião, além de garantir áreas para prática de agricultura, pecuária e outras atividades.

As características ambientais dos locais de reassentamento a serem consideradas são definidas pelo Artigo 17: permeabilidade do solo, nível freático, inclinação do terreno, drenagem das águas pluviais, e fertilidade dos solos, sendo proibido a utilização de áreas com impactos ambientais significativos, tais como ocorrência de erosão e inundáveis, além de áreas protegidas de acordo com legislação específica.

Nas fases para a elaboração do Plano de Reassentamento⁴¹, é obrigatória a identificação e delimitação da área de intervenção e quantificação e perfil socioeconômico das famílias afetadas. Com isso, os dados para serem analisados e contemplados são: identificação das necessidades e preferências dos grupos familiares; situação da população afetada e sua presente situação; descrição da organização dos sistemas de produção, do trabalho e informação básica sobre os modos de vida. Deve-se também levantar os níveis de produção e de rendimento obtidos de atividades económicas formais e informais, seus padrões de vida, sem prejuízo do estado de saúde da população a deslocar, e informações sobre grupos e pessoas em situação de risco. Dois importantes aspectos também encontram obrigatoriedade no Decreto: dimensão das perdas esperadas totais ou parciais do ativo, e levantamento das formas de acesso à terra, habitação, água, estradas, serviços sociais, escolas e saúde.

⁴¹ No vernáculo imperial, deslocados forçados internos recebem o eufemismo neoliberal de Development-Induced Displacement and Resettlement (DIDR) ou simplesmente Displaced by Development.

De acordo com muitas mulheres presentes ao Assentamento de Pemba, pouco nada no decreto que deveria protegê-las foi cumprido, visto que foram tratadas como uma massa uniforme: sem rosto, nem nomes e sem histórias. Ou seja, tiraram delas seus laços com a terra. Laço, que segundo Mbembe (2001), faz parte do que ele considera “a questão filosófica e moral fundamental” que os governos pós-coloniais não priorizaram: “como renegociar um laço social corrompido por relações comerciais (a venda de seres humanos), pela violência das guerras sem fim e pelas catastróficas consequências do modo pelo qual o poder era exercido” (p. 182).

Novas condenadas da terra

Todo o processo de reassentamento das famílias certamente estão a contribuir para que Moçambique esteja entre os piores nos Índices de Desenvolvimento de Gênero e de Desigualdade de Gênero, do PNUD. A começar pelo fato dos homens serem consultados sobre questões de reassentamento e compensação, ao passo que as mulheres são excluídas em relação às consequências do reassentamento e os benefícios que têm direito a receber. Os homens também é que são compensados pela perda da terra, mesmo quando as mulheres trabalham a terra e são igualmente afectadas pela perda (Columbia SIPA, 2013, p. 148). Algumas participantes do acampamento de Pemba relataram que muitas mulheres não chegam a receber nada porque os maridos fogem com o dinheiro. Sem nenhum tipo de compensação, elas têm menos capacidade de lidar com as mudanças e cuidar de membros da família após o reassentamento.

“Descolonizar todo el pensamiento feminista que no sea profundamente humilde, situado, concreto, y producir efectos reales en la vida de las personas, ser relatos de los sufrimientos y de las luchas, pero también narrativas de esperanza y posibilidades” é o objetivo de Cunha e Casimiro (2016)⁴², que organizaram em seis categorias principais os problemas decorrentes do impacto da economia

⁴² O estudo das autoras serviu de base para o documentário espanhol “Tierra En Suspense: Amenazas Y Resistencias En Cabo Delgado”, produzido pela Bagabaga Studios e Gernika Gogoratrutz – Centro de Investigación por la Paz. <https://www.youtube.com/watch?v=n8Javjg25uw&feature=youtu.be>

extrativista na vida das mulheres moçambicanas, que são afetadas por problemas que as autoras pp.90-91):

Tierra y acceso a la tierra	<ul style="list-style-type: none"> • Usurpación de tierras y deslocalización forzada de las poblaciones.
Desigualdad basada en el sexo y/o género	<ul style="list-style-type: none"> • Divorcios, separaciones y matrimonios prematuros. • Violaciones sexuales, prostitución y propagación del VIH y el sida. • A las mujeres y los hombres, pero principalmente a las mujeres, se les deja de lado en las consultas comunitarias y en los procesos de toma de decisiones. • Escasa participación de las mujeres en iniciativas productivas en las actividades extractivas. • Legislación sobre la industria minera insensible a los problemas específicos de las mujeres.
(In) Sostenibilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Comercio dominado por los hombres. • No se respeta la responsabilidad social de las empresas. • Impacto de eventos extremos, por ejemplo, sequías y tempestades.
Identidades culturales	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de las prácticas culturales violadoras de los derechos humanos de las jóvenes.
Relaciones del Estado con la sociedad	<ul style="list-style-type: none"> • Secretismo de los contratos y dificultad de acceso a la información. • No se respeta la legislación (Decreto n.º 31/2012, y Orden Ministerial n.º 156/2014, de 19 de septiembre).
Militarización y conflictos violentos	<ul style="list-style-type: none"> • Militarización progresiva de las zonas con industria minera.

Fonte: Cunha & Casimiro partir de Siteo, Bila y Velasco (2017) (pp. 90-91)

As autoras ressaltam ainda que em meio a tantas perdas de toda ordem, em razão das características profundamente predatórias como explicado por Castel-Branco, no capítulo anterior, surge um outro elemento: a presença ostensiva e crescente da força militar e o policiamento agressivo nos territórios onde estão as mineradoras. a militarização crescente e o policiamento agressivo dos territórios. Com isso, instala-se a política de resolução de conflitos através da violência, o que cria um ambiente de medo e permanentes ameaças: “a impossibilidade de falar, de denunciar, sob pena de se ser considerada/o contra o desenvolvimento, inimigo do governo, ou, até, terrorista” (Cunha & Casimiro, 2019).

Um cenário que corresponde, segundo Santos (2007) a um novo *indirect rule*⁴³, resultante do pensamento abissal moderno e que promove uma forma de despotismo centralizado. Segundo ele,

o despotismo descentralizado não choca com a democracia liberal, antes a torna progressivamente mais irrelevante para a qualidade de vida de populações cada vez vastas. Sob as condições do novo governo indirecto, o pensamento abissal moderno, mais do que regular os conflitos sociais entre cidadãos, é solicitado a suprimir conflitos sociais e a ratificar a impunidade deste lado da linha, como sempre sucedeu do outro lado da linha (p. 19)

Cunha e Casimiro (2019) ressaltam três questões que seu estudo levantou sobre o impacto empresas mineradoras na vida das mulheres. A primeira é que o prometido progresso e acesso à saúde, educação e renda não aconteceu e ainda houve um retorno ao período colonial:

lejos de aumentar el bienestar, las «grandes barrigas» y el acceso a la educación y a la salud, em realidad el empobrecimiento crece, la vulnerabilidad se incrementa sin cesar y las promesas de soberanía popular tejidas con la independencia política de 1975 se ponen en tela de juicio cada día. En otras palabras, la línea abisal colonial parece no solo haber vuelto, sino que se vuelve cada vez más evidente y violenta. (p.94).

A segunda questão está relacionada à desumanização de mulheres e raparigas, fazendo-as enfrentar não apenas novos problemas, mas trazendo novas versões de antigos que acreditava-se terem-se diluído, há muito, nas brisas do Índico:

el antropocentrismo presente en este modelo extractivista pone de relieve aún más si cabe la segmentación entre la economía y la vida, lo cual reduce el lugar y las funciones de las mujeres en sus sociedades a obligaciones sin fin y sin ningún usufructo de beneficios ni de bienestar (idem)

A terceira questão é a extrema violência e agressão que perpassam todos os processos desta “racionalidade capitalista cujo rosto se revela em Moçambique” e que estimula e reforça masculinidades, em todas as esferas cometidas entre perpetradores e vítimas:

violencia militar y policial en la resolución de conflictos, de violencia contra los cuerpos de las mujeres dentro de la creciente mercantilización de sus cuerpos para poder

⁴³ Mais sobre o assunto em Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do indirect rule ou uma espécie de neo-indirect rule? (Florêncio, 2008).

sobrevivir; es la violencia del abandono; la violencia institucional del incumplimiento de las normas y de la legislación, así como la impunidad vinculada a ella; es la violencia sobre las subjetividades, cuando les arrebatan los recuerdos y la autoestima a través de la destrucción de sus territorios y de sus capacidades de representar el mundo como suyo (pp.94-95)

Maria Cussaia, de Moatize⁴⁴, que participou do Assentamento em Pemba, resume de forma pungente a situação das mulheres afetadas pelo extractivismo:

Quando tinha seca, pedíamos a nossos antepassados que mandassem chuva, fazíamos ofertas, e eles mandavam. Não podemos mais falar com eles porque não sabemos onde eles estão. Exumaram seus ossos sem nem nos avisar. Perdemos a mata, perdemos nossas machambas, de onde tirávamos a comida de nossos filhos, o remédio para curar nossas doenças. Algumas mulheres de Gaza, como não têm mais suas terras e nem têm autorização para pegar argila, não podem mais fazer panelas, que ajudavam no sustento da família e estão indo agora para prostituição. Eu só peço a Deus que os rebeldes não apareçam porque não temos mais mata para nos esconder, como fizemos no tempo da guerra.

Descrição que remeteu ao prefácio de Jean-Paul Sartre ao livro de Franz Fanon *The Wretched of the Earth* (Fanon, 1963):

Violence in the colonies does not only have for its aim the keeping of these enslaved men at arm's length; it seeks to dehumanize them. Everything will be done to wipe out their traditions, to substitute our language for theirs and to destroy their culture without giving them ours. Sheer physical fatigue will stupefy them. Starved and ill, if they have any spirit left, fear will finish the job; guns are leveled at the peasant; civilians come to take over his land and force him by dint of flogging to till the land for them. If he shows fight, the soldiers fire and he's a dead man; if he gives in, he degrades himself and he is no longer a man at all; shame and fear will split up his character and make his inmost self fall to pieces. The business is conducted with flying colors and by experts (p.13).

⁴⁴ Entrevista em campo

CAPÍTULO 3 – FALAR EM PRIMEIRA PESSOA

ESTUDO DE CASO

No dia 10 de dezembro de 2019, a Hikone Moçambique⁴⁵ realizou, com o apoio do Fórum Mulher, Fundação Rosa Luxemburgo e Fundação Friederich Ebert, o Acampamento para a Construção de Solidariedade entre as Mulheres Afetadas pela Indústria Extractiva, em Pemba, capital de Cabo Delgado. O objetivo geral do Acampamento era reforçar a mobilização e solidariedade entre as mulheres e raparigas na luta pelos seus direitos, unir vozes de feministas na reflexão sobre a resistência das lutas das populações femininas em áreas afetadas com chegada das mineradoras e as consequentes deslocações forçadas, identificar falas e priorizar os assuntos de advocacia.

Nº	PARTICIPANTES	ORIGEM
05	Equipa da Hikone	Maputo
01	Fundação Friedrich Ebert	Maputo
02	Representantes do Fórum Mulher	Maputo
03	Unidades de género das Direcções provinciais de Género Criança e Acção Social, Terra, Ambiente e Recursos Minerais	Pemba
20	Mulheres de Montepuez	Povoados de Namanhumbir, Nanune, Ntoro, Nseue e Mpena
05	Mulheres de Palma	Palma
05	Mulheres de Balama	Balama
10	Mulheres de associações feministas	Pemba
03	Mulheres do Grupo de Partilha	Sofala
05	Mulheres de Palma	Povoado de Quitupo
03	Mulheres de Moatize	Moatize
02	Mulheres da União Provincial de Camponeses	
10	MULEIDE de Cabo Delgado	
02	AMA- Associação para o Meio ambiente	

Com mediação da diretora-executiva da Hikone, Olga Muthambe, o acampamento contou com a presença de cerca de 70 mulheres de diversos distritos de Cabo Delgado, bem como de outras províncias do país.

⁴⁵ A Hikone iniciou as suas atividades em 2015, nas províncias de Tete e Cabo Delgado, trabalhando diretamente com mulheres afetadas pela mineração, na defesa e proteção de seus direitos em áreas extractivas, usando como abordagem a mobilização das populações femininas para despertar, criar visão, a construção e de alternativas para que as mulheres consigam exigir direitos e apoiando as mulheres no desenvolvimento de ações transformadoras para alertar o Governo e efetuar mudanças nas políticas.

A programação do dia estava assim desenhada:

Temas
Que desenvolvimento nós queremos – O que está a acontecer nos nossos povoados?
<p>Terra , ocupação de territórios, bens comuns e cultura Reflectir sobre até que ponto a usurpação de terras afecta vida das mulheres. Comparar antes e depois da perda de terras o que mudou na produção, comercialização, alimentação e autonomia financeira para aquisição de produtos de primeira necessidade.</p> <p>O que perdemos quando perdemos floresta, rios e mar? Reflexão sobre o Processo de compensações : O que ganhamos com a compensação? O que foi compensado? O que deveria ter sido compensado?</p> <p>Reassentamento: sim ou não?Por quê ? Qual seria o melhor modelo de reassentamento? O que perdemos ao nível cultural?</p>
<p>Trabalho, corpo, vida das Mulheres Trabalho em casa, emprego, treinamento vocacional, trabalho sexual e mobilidade</p>
<p>Taxas tributárias 2.75%: Quais os maiores desafios? O que ja foi feito? Como participar nos fóruns de decisão? Como esses investimentos nos tem beneficiado</p>
<p>Acesso aos serviços básicos (água, luz, saúde , educação e Justiça) Como usamos esses serviços ?Têm sido úteis ? Como esses serviços nos têm beneficiado?</p>
<p>Resistência as lutas - Abordagem feminista De onde partiu a luta das mulheres ? Como estamos resistindo a essas lutas? Como devemos nos organizar para continuar as lutas?</p>
Memorial a luz de velas recordando mulheres vitimas de violência
<p>Conta a tua História Como e que as mulheres em áreas extractivas estão resistindo as lutas</p>
<p>Priorizar os assuntos de advocacia Como coordenar Construir as falas de união e resistência das Mulheres Declaração do acampamento</p>

“Falar na primeira pessoa” foi a palavra de ordem proferida por Olga ao longo de todo o acampamento. E elas falaram na primeira pessoa, entremeando suas narrativas com danças e cantos, todos com a mesma mensagem, apenas com

pequenas variações, chamando as mulheres para unirem-se para poderem as árduas batalhas que têm diante de si e que vão enfrentar, afinal

Homens brancos chegaram na comunidade (Cheringoma), construíram uma empresa, comemoram essas conquistas dentro do conforto de casas rodeadas de segurança, não tiveram comunicação com as comunidades, esses mesmos brancos envolvem-se com menores⁴⁶.

As mulheres do acampamento começaram a falar em primeira pessoa quando da primeira atividade em grupo, sobre “Que desenvolvimento nós queremos – O que está a acontecer nos nossos povoados?”, realizada por intermédio de um jogo com retalhos de panos de várias cores, que simbolizavam seus sonhos, seus medos, suas tristezas, suas alegrias, através de desenhos em cartolina.

Ao atender o apelo de Olga e falar na primeira pessoa, as mulheres do acampamento de Pemba foram muito claras sobre os impactos negativos provocados pelos deslocamentos forçados, resultantes da chegada das mineradoras. Um dos mais graves é a perda de terra para suas machambas. Sem solo para plantar, não mais terão produtos para alimentar suas famílias ou mesmo um dinheiro extra resultante da venda dos frutos da terra; perdem ainda a fonte natural de seus remédios.

“A boca é caneta quando não se sabe escrever”⁴⁷

Segundo algumas mulheres de Namanhumbir, em Cabo Delgado, os representantes das mineradoras não cumpriram o que a lei estabelece, pois não têm mais como plantar seus pés de caju, que tinham em suas terras de origem. De acordo com os dispositivos legais, tem que se fazer um inventário e avaliação dos recursos naturais individuais e bens comuns para que sejam compensados pela perda financeira que os deslocados sofrerão, no primeiro ano depois da relocação. Elas estimam que este levantamento ou não foi realizado ou se foi não o respeitaram porque “tudo que prometeram nada foi feito⁴⁸” e agora não têm terra para plantar seus cajueiros, que eram também sua fonte de renda.

⁴⁶ Depoimento de participante

⁴⁷ Depoimento de participante

⁴⁸ Depoimento de participante

Em Manica, a mulher pratica a mineração artesanal, o que as coloca em risco pois trabalham sem proteção, não têm nenhum tipo de instrução, desconhecem o valor do seu trabalho e terminam vendendo os minérios a preços muito baixos. Já em Namanhumbir (o Distrito de Montepuez) as mulheres não podem trabalhar no extrativismo porque existe o mito de que quando a mulher está no ciclo menstrual dá azar e compromete a produção.

E continuaram a falar, a cantar e a dançar quando a questão passou a ser as compensações pelos deslocamentos involuntários: o que se ganha com a compensação? O que foi compensado? O que deveria ter sido compensado? Questão que desembocou em depoimentos traduziram como bens comuns e cultura são afetados profunda e irreversivelmente com as deslocções forçadas, como eram suas vidas antes e depois dos reassentamentos, ou da usurpação das terras de seus ancestrais.

Em muitos reassentamentos, não houve consulta nem aprovação dos modelos das casas, que são de baixa qualidade. As pessoas selecionadas como representantes da comunidade não são conhecidas localmente, não são pessoas daquela comunidade. Se reclamam, mandam-nas calarem-se pois alegam que são casas melhores do que aquelas onde viviam antes. Mas foi a pressão das comunidades que fez com que a Vale, em Moatize, reconstruísse as casas de baixa qualidade.

Ao perderem as terras de seus ancestrais, geralmente de larga extensão, perde-se também o lugar para a criação de animais, principalmente os de grande porte, que precisam agora ser levados outros sítios distantes até 500 quilômetros para ficarem sob os cuidados de outras pessoas, o que significa risco de perda de pelo menos parte do gado.

Perderam também direito à mata. Sem acesso à mata, perderam seus principais bens naturais: lenha, da qual precisam para cozinhar, perderam o acesso à água, perderam suas farmácias. Na província de Tete, as mulheres perderam ainda uma de suas tradições: produzir panelas de barro nas quais cozinham e também as vendem, por não terem mais acesso a barro, por proibição das mineradoras.

A perda de bens comuns como a mata, para algumas das participantes, também representa a perda de um refúgio seguro, para onde corriam quando da guerra

dos 16 anos chegava em suas localidades e lá escapavam da morte e de outras violências. Sem a mata, perderam o abrigo natural e seguro. Só lhes resta agora “rezar para que os combatentes não apareçam porque não temos mais para onde correr⁴⁹”.

Além de perderem suas terras e seus poucos rendimentos advindos do solo, perderam seu passado e sua ligação com seus ancestrais, como explicou Maria Cussais, de Moatisse, na província de Tete. “Quando sabíamos que não ia ter chuva, pedíamos ajuda (*aos ancestrais*), fazíamos oferendas e eles mandavam chuva. Agora nem isso mais podemos fazer”, disse. Não podem fazer porque os cemitérios foram violados e os corpos exumados, sem que nem elas mesmos soubessem. Sem passado, com um presente sombrio, como esperar um futuro melhor? Com luta, como dizem, como dançam e como cantam.

“Não se pode falar sobre nós sem nós”

Narraram as dificuldades e os problemas de toda espécie que enfrentam na sua luta diária para sobreviver em um cenário de incertezas e de graves e profundas perdas que ocorrem nos processos de reassentamento, em razão da presença maciça das empresas de mineração.

Outros problemas apontados⁵⁰:

“Falta transporte de onde estamos e quando tem é caro” (50 meticais para de ir Unhamabiri a Balama),

“Tem muitos projetos, mas falta emprego, não há recrutamento local”

“Sem emprego, muitas raparigas são pressionadas pelas mães para ‘procurar caril para casa’”.

“O hospital tem péssimo atendimento, o momento do parto é o mais difícil, as parteiras maltratam as pacientes, não dão nenhuma assistência no parto”

⁴⁹ Depoimento de participante

⁵⁰ Depoimentos das participantes

“Não vejo nenhum desenvolvimento, não tem recompensa nem melhoria nenhuma”

“A segurança da empresa fecha os caminhos para a mata”;

“Ninguém explica sobre os processos de reassentamentos, só fazem promessa e falam que vai ser tudo muito bom”;

“Os reassentamentos estão muito longe das promessas que foram feitas”;

“Não temos líderes comunitários”;

“As nossas árvores que custaram anos para produzirem não vão ser compensadas nem replantadas”;

“Nosso gado em Moatize está morrer pela contaminação das águas”;

“A cerâmica em Moatize representa uma cultura que já não existe porque o barro era retirado no espaço que a Vale vedou e não compensaram o que elas perderam com a venda da cerâmica”.

“A cerâmica era fonte de sobrevivência de várias mulheres daquele povoado e agora para compensar tem muitas delas que estão a se prostituir, a beber”;

“Não temos mais onde plantar caju e lei diz que tem que recompensar tudo que a terra dá”

“O Governo não faz nada, eles se acertam entre eles e nos deixam de fora, nunca somos ouvidas”

“Ninguém vê os benefícios dos 2.75%, ninguém sabe para onde vai este dinheiro, nunca fomos informadas de quanto tem, quanto gastaram e quanto ficou”;

“A empresa encareceu a vida da comunidade, o produto que um dia custava um preço hoje custa o dobro, e não há fiscalização”;

“Foram prometidos tratores e reposição da terra, até hoje esta promessa não foi cumprida”;

“Tem que mudar isso de pagar o homem pelo reassentamento porque assim que ele recebe ele foge. O dinheiro tem que ser pago ao homem e à mulher”.

“Não existe uma tabela que discrimina os critérios de compensação”;

“Ninguém pode decidir pelas mulheres, não se pode falar nada sobre nós sem nós”.

O Centro Terra Viva (CTV) também participou do acampamento de Pemba. O CVT ministra treinamento de mulheres como paralegais comunitárias, com formação sustentada em conhecimentos jurídico-ambientais, o que as torna capazes de intervir nos processos de licenciamento de uso da terra e ambiente, mediação de conflitos e, proativas na tomada de decisão de qualquer processo que afete a vida das comunidades e em particular as mulheres,

Berta Rafael, do CTV, esclareceu as principais dúvidas das mulheres do acampamento e reiterou os direitos das mulheres nos processos de deslocamento forçado das famílias de diversas localidades. Entre os direitos estão aqueles estabelecidos pelo Diploma Ministerial 158/2011 sobre as audiências públicas que negociam os termos do reassentamento, que, por sua vez, devem estar de acordo com o que determina o Decreto 31/2012.

Segundo ela, um dos principais problemas que as mulheres estão a enfrentar, o que foi confirmado por algumas participantes do acampamento, é que o valor das indenizações é pago ao marido e há inúmeros casos em que eles, de posse do dinheiro, fogem para outro sítio para casar e começar uma nova vida, deixando a mulher e os filhos absolutamente de mãos vazias. Berta informou ainda que a sociedade civil está pressionando o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), que, segundo ela, está revisando a Lei de Terras, para que o dinheiro só seja pago ao casal e não apenas ao homem.

A única voz absolutamente dissonante foi a da secretária do Gênero e Ação Social de Cabo Delgado, Maria Isabel Raimunda, apesar de ela ter dançado e cantado com as mulheres que estavam a pedir ajuda para sua situação. Sua voz tinha um tom de disrupção, visava trazer desarmonia. Ao longo do dia procurou plantar o que se poderia qualificar como sementes da discórdia. Se não é uma estratégia de governo, certamente a secretaria estava inebriada pelo poder, o que a impedia de demonstrar qualquer claro sinal de interesse pelo que se passava no acampamento.

Foi ali que entendi que não é necessário levantar-se a bandeira de “dar voz às mulheres”. As mulheres têm voz, sim, falam na primeira pessoa do singular quando vocalizam suas dores e falam também na primeira pessoa do plural quando narram suas lutas como coletivo, como estava acontecendo ali em Pemba. O problema reside em elas não serem ouvidas.

Aquelas mulheres em Pemba não foram ouvidas por uma representante local de um Ministério que tem, a priori, como função primeira ouvi-las. A secretária do Gênero e Ação Social de Cabo Delgado (cujo governador, na época, era Júlio Parruque, da Frelimo) estava sempre a falar ao telemóvel e não tomou nenhuma única nota do que se estava a falar naquele encontro – ao contrário da secretária de Saúde de Nampula, aquando da seção sobre fístula obstétrica, mencionado na Introdução deste trabalho.

Inicialmente ela questionou que representatividade tinham aquelas mulheres que lá estavam: quem as tinham escolhido, que papel desempenhavam ali naquele acampamento e qual a posição que ocupavam no seio de suas comunidades de origens. Criticou ainda que estava a dar-se ênfase apenas nos aspectos negativos, que, segundo ela, eram poucos, esquecendo-se de valorizar os pontos positivos.

Em um outro momento, questionou por que os organizadores do acampamento não convidaram representantes das mineradoras para participarem do evento, para responder às indagações e reclamações das participantes. A secretária ou esqueceu ou desconhece que as mediações e resolução de conflitos, de acordo com a Lei do Reassentamento, deve ser feita pelo Governo ou comissões por ele designadas, e as comunidades. Ao final das atividades, a secretária, depois de agradecer pelo convite e ter exaltado sua própria participação, deu um tom nacionalista à sua fala para criticar o papel da sociedade civil: “Moçambique é nosso, nós é que devemos defender o nosso Moçambique, quem é sociedade civil? Quem são eles, de onde eles vêm?”.

Eu prefiro encerrar este capítulo com Berta Rafael, do CTV:

A força da mulher é impressionante, mas somos vistas como cegas ou mudas, quando na verdade somos donas de muita força, os assuntos aqui abordados são muito importante pois afectam a mulher, e a mulher é mãe de uma nação (...) Quando as

comunidades unem-se e não se calam frente às irregularidades é possível reverter os erros cometidos pela concessionárias e pelo Governo (...) as mulheres e as comunidades devem ser organizadas e decididas para dizer: “Nada sobre nós sem nós”⁵¹.

⁵¹ Depoimento em campo

CONCLUSÃO

I.

Outras guerras podíamos ter lutado
quando éramos jovens e sem juízo
e lutámos!
e perdemos!

Que o digam os nossos filhos!
Pois eles nunca mamaram o nosso leite
e por isso não reconhecem o nosso cheiro
quando nos aproximamos,
quando os abraçamos.

Embora as nossas caras sejam diferentes,
nós somos as mães deles!

O pilão não marca as horas
mas nós sabemos pela sua sombra
que estamos atrasadas.

As nossas mãos estão ocupadas
a segurar o peso do milho
sobre a mesa.

Às nossas filhas dizemos:
Todos os rios vão desaguar em algum sítio.
E todos os rios têm o seu início.

Oiçam a água que escorre

E dancem num outro ritmo.

Sigam os passos invisíveis

daquelas que viveram outros ciclos.

As nossas costas curvam-se face ao tempo

e ao pesado fardo da memória.

Porque as nossas vozes emudeceram-se

com os precoces gritos de vitória

II.

Ah!

As gravatas não ficam bem no meu pescoço,

nem mesmo os colares de pérola.

E eu só conheço inimigos de carne e osso

Por isso

quero apenas um túmulo de mármore para descansar,

dêem-me uma cama grande onde me possa deitar.

Quero um funeral do tamanho dos meus sacrifícios.

Nada de lágrimas nem de rosas,

Ofereçam-me sonhos

para que eu possa sorrir,

porque fiz das minhas lágrimas

água para regar machambas

e mesmo assim nada colhi.

III.

Nos livros de História
não há páginas suficientes
para todas nós,

Porque somos muitas
e muito grandes
e não cabemos lá dentro.

Porque as linhas são curtas
e as explicações breves.

As páginas são tão pequeninas
Nos livros de História.

E não há estradas suficientes
neste país para todas nós
termos uma avenida.

Porque somos muitas
e muito grandes.

E os nossos nomes
têm o sangue das nossas avós,
e carregam todas as dores de parto
deste país inteiro.

Isso não caberia nos
livros de História.

Porque nós,

Nós não somos muito.

Nós somos tudo.

Eliana N'Zualo

Este poema, intitulado *Margens*, da jovem poeta moçambicana chegou até mim. Não conhecia Eliana N'Zualo. Foi narrado em off em uma instalação multimedia também de sua autoria. A peça fazia parte de uma mostra só de mulheres na Fortaleza de Maputo, que durante o período colonial português foi utilizado como presídio e hoje constitui um dos principais patrimônios históricos da capital moçambicana. O poema deslizava sobre imagens retiradas de dois documentários. Um era *Behind the lines*, de Margareth Dickinson, realizado em 1971, na província de Niassa, sobre os guerrilheiros da Frelimo. O outro é uma espécie de continuação do trabalho de Dickinson, mas focado apenas nas mulheres que pegaram em armas nas matas: *Guerrilla Grannies*, de Ike Bertels, filmado em 2011, que, como o título deixa claro, mostra o que aconteceu com Monica, Amelia e Maria⁵², que estavam na linha de frente da luta pela libertação de seu país.

Aquele poema acompanhou-me durante toda minha estadia em Moçambique, que durou quase cinco meses. Mais do que ser companhia, as palavras de N'Zualo tomaram forma concreta. Ganharam outros rostos, mais faces – não mais os das mulheres dos documentários. Renovadas caras, como as de Pemba, a expressar a perda das machambas que suas mães e avós regaram com as lágrimas delas, como canta o poema. A poeta não apenas transforma o que é percebido como fraqueza em força, como usa a opressão como impulso criador. Ela segue, assim, o que sugere Hirsch (2016): “If we think of vulnerability as a radical openness toward surprising possibilities, then we might be able to engage it more creatively - as a space to work from as opposed to

⁵² Em entrevista à revista Buala, de maio de 2015, Bertels informou que antes de *Guerrilla Grannies* realizou, em 1984, “Mulheres da Revolução”, também sobre as guerrilheiras da Frelimo. *Guerrilla Grannies* é uma espécie de segunda continuação do documentário de Dickinson. “Durante o primeiro filme, estava impressionada e admirava-as porque elas tinham feito uma coisa tão maravilhosa. Mas vivi com elas a fase da desilusão por não terem conseguido cumprir o sonho por completo e terem de lidar com a realidade, mesmo sendo uma má realidade. Também aprendi com a força delas a nunca desistir, continuar. O que também achei muito importante, para mim, foi a forma como elas mostraram que podiam continuar a viver sem o apoio de homens”. Disponível em <https://www.buala.org/pt/afroscreen/entrevista-com-ike-bertels-sobre-o-filme-guerrilla-grannies>

something only to be overcome” (p. 81).

O confisco da terra é muito mais do que deixar de ter um pedaço de solo para cultivar e de onde elas vão tirar o sustento de sua família. Perdem elas a mata para onde iam pedir ajuda aos ancestrais para que enviassem chuva quando a seca não permitia à terra retribuir o presente das sementes colocadas em suas entranhas. Elas não vão a templos pedir porque o deus do branco não lhes serve: “os deuses deles estão longe e os nossos, perto. Os anjos deles mandam rezar e os nossos mortos respondem logo. Deus fala quando quer, os mortos dão resposta imediata a qualquer momento” (Chiziane, 2010, p.167). Perdem elas o acesso ao barro com o qual faziam panelas onde cozinhavam, mas também panelas que eram vendidas nas feiras próximas, o que lhes conferia uma renda extra para enviar os filhos à escola. Perdem elas a fonte para onde se dirigiam na hora mais escura, para coletar água para cozinhar, lavar a loiça e banhar os frutos de seus ventres.

Mas eu as via também nas avenidas largas de Maputo, sentadas com suas colunas majestosamente eretas ao lado de suas frutas e verduras à venda na tentativa de garantir alguns meticais para levar para suas casas. Eu as via também, do alto da casa em Namaacha, onde fiquei hospedada, subir com latas de água na cabeça, depois de se banharem, enquanto outras lavavam roupas no fio de água que corria mais abaixo. Eu as via com seus bebês às costas debruçadas fazendo sulcos na terra com suas enxadas. Eu as via em todos os lugares e quanto mais as via, mais eu as admirava por perceber sua força, por compreender que são elas que carregam Moçambique nas costas. Uma força que elas não têm noção que possuem, como confirmou Rachid em nossa conversa. Não percebem porque há uma cacofonia de vozes a dizer-lhes o contrário há séculos, por muitas bocas.

São elas a prova irrefutável da falência das receitas neoliberais para que se alcançasse o desenvolvimento econômico e a justiça social, e que, na realidade, terminaram por destruir as poucas conquistas sociais e legais dos primeiros anos da independência. O testemunho carnal de um novo colonial, aquele que é uma “resposta abissal ao que é percebido como uma intromissão ameaçadora do colonial nas sociedades metropolitanas” (Santos, 2007, p. 12). Mais do que os homens, o neocolonialismo transformou as mulheres em

“resíduos”, como Mbembe classifica os dois produtos finais das doutrinas que dividem populações em dois grupos: o daqueles que contam e o ‘resto’, “aquilo que temos de designar como ‘resíduos de homens’ ou ainda ‘detritos de homens’” (Mbembe, 2013, p. 191).

As mulheres presentes no acampamento em Pemba denunciaram e relatórios de organismos não governamentais acusam a falta de transparência nos processos de concessão de terra às mineradoras, bem como sobre a destinação do dinheiro pago por elas ao Governo. Esta falta aguda e crônica de informação deve continuar imperando no setor extrativista ao longo do segundo mandato do presidente Felipe Nyusi, segundo a análise feita pelo Centro de Integridade Pública (CIP) do discurso de posse, em fevereiro de 2020.

Nyusi pediu aos moçambicanos para gerenciarem suas expectativas com uma dose de paciência pois vai demandar tempo para ter uma real dimensão das receitas provenientes dos hidrocarbonetos. Pediu a população para ser compreensiva, mas sequer cogitou fazer uso de um dos principais instrumentos de governação: transparência no trato com os recursos públicos.

Com este instrumento, é possível gerir as expectativas das pessoas em relação às futuras receitas da exploração do gás. (...) É importante mencionar que este pronunciamento é feito num contexto em que o Governo tem estado a assinar adendas aos contratos com empresas de exploração de gás na bacia do Rovuma e estas mesmas adendas não são publicamente disponibilizadas”. (CIP, 2020:3-4)

A transparência é também um dos fortes elementos que ajudam a dissipar o risco de “maldição” dos recursos naturais, juntamente com prestação de contas, como alerta Mimbire (2016). Ela ressalta que somente o Instituto Nacional do Petróleo recebe anualmente mais de 5 milhões de dólares das corporações que exploram hidrocarbonetos no país. Um volume que deve ser alocado nos Fundos de Capacitação Institucional e de Projectos Sociais, bem como Contribuição Institucional. No entanto, pouca ou quase nenhuma informação sobre a utilização destes valores é conhecida (p.6). “As fragilidades legais e institucionais exacerbam os riscos de corrupção, os conflitos de interesse, a fuga ao fisco e, sobretudo, a má gestão das receitas arrecadadas, o que pode levar à ‘maldição’ dos recursos” (pp. 1-2)

O discurso de Nyusi deixou claro que o Partido-Governo dará prosseguimento ao fascismo territorial ao permitir a instalação de novos territórios coloniais privados dentro do Estado que quase sempre estiveram sujeitos ao colonialismo europeu (Santos, 2007, p. 17). O que já se previa, pois prossegue com o discurso desenvolvimentista. “Whatever the differences in emphasis or rhetoric, the dominant discourse remains the same; as Jan Pieterse observes, the debates are all about alternative developments and never about alternatives to development” ([1998:364–8] Bankoff, 2016, p. 22).

Uma alternativa ao desenvolvimento deveria ser simplesmente a preservação da vida e da dignidade humana, os mais básicos dos direitos universais, o que pode ser ilustrado no texto de Almeida (2019) à nova edição de *Coração das Trevas*, de Conrad:

Por constituir uma tecnologia da morte, sustentada por uma ideologia racista, o modelo da colônia pode ser reconfigurado para outros contextos de dominação além das *plantations*, sempre que, diante de uma crise, for necessário administrar a morte e o descarte de vidas, como se observa atualmente nas periferias, nas favelas, nos guetos e nos presídios de várias partes do mundo, e até dentro do território europeu, como é exemplo histórico a Alemanha Nazista.

Se o discurso do presidente de Moçambique faz o CIP prever um cenário no mínimo inalterado para as populações que foram negligenciados e para aquelas ainda irão ser deslocadas durante o novo mandato em razão de novos contratos de exploração com as mineradoras, a situação das mulheres em geral e em nível local em particular deverá ser ainda mais grave, a julgar pela participação da secretária do Gênero e Ação Social de Cabo Delgado (cujo governador, na época, era Júlio Parruque, da Frelimo), no acampamento de Pemba, em dezembro, quando as mulheres encontraram na representante do Estado uma adversária ferrenha da sua luta, como mostrado no estudo de caso. Um posicionamento que corresponde ao que Baldwin chamou de “sistemas de realidade” no histórico debate de que participou na Universidade de Oxford, em 1965, com o então mais proeminente intelectual branco americano, William

Buckley, no que foi chamado “The legendary debate that laid down US political lines on race, justice and history”⁵³.

System of reality which depends on the assumptions we hold so deeply that one is scarcely aware of them (...) which compels them to defend the French police in the case of an Algerian exile (...) to attack a system one owes his entire identity (...) leaving aside a catalogue of violence, what does this do to the subjugated? It does the most serious things: it destroys one’s sense of reality.

A secretária tentou deslegitimar aquele encontro de mulheres em Pemba porque mulheres que têm uma dor comum e cantam e dançam como forma de solidariedade e apoio mútuo são desestabilizadores do sistema, como explica Butler (2016):

Feminism is a crucial part of these networks of solidarity and resistance precisely because feminist critique destabilizes those institutions that depend on the reproduction of inequality and injustice, and it criticizes those institutions and practices that inflict violence on women and gender minorities, and, in fact, all minorities subject to police power for showing up and speaking out as they do (p.20).

É em agrupamentos como os de Pemba e Nampula que as mulheres mostram sua vulnerabilidade. Resistência política e agência, defende Butler (2016), residem fundamentalmente na mobilização de vulnerabilidades, entendida como exposição deliberada e proposital a quem detém o poder (p. 22). Mas para isso é preciso compreender como dá-se a transmutação do que Butler chama de oposição binária entre resistência e vulnerabilidade.

Once we understand the way vulnerability enters into agency, then our understanding of both terms can change, and the binary opposition between them can become undone. I consider the undoing of this binary a feminist task (p. 26)

O que experienciei em Pemba corresponde precisamente ao que Butler descreve como se dá o processo de mobilizar vulnerabilidades como modo resistência, quebrando, assim, a dicotomia entre os dois. Primeiro vem a resistência na forma de protesto contra os deslocamentos forçados e da omissão do Estado em

⁵³ https://aeon.co/videos/the-legendary-debate-that-laid-down-us-political-lines-on-race-justice-and-history?utm_source=Aeon+Newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=AD_HTLGI_2019_08_09

assegurar a aplicação da lei que deveria protegê-las das injustiças sociais. Depois, vem a percepção da própria vulnerabilidade:

If we also say that the vulnerability to dispossession, poverty, insecurity, and harm that constitutes a precarious position in the world itself leads to resistance, then it seems we reverse the sequence: we are first vulnerable and then overcome that vulnerability, at least provisionally, through acts of resistance (p. 23).

Esta forma coletiva de resistência, sustentada na mobilização das vulnerabilidades, é estruturada de forma exatamente oposta ao que impregnado nas entranhas do novo colonial abissal, ao receitar que somente com a eliminação da vulnerabilidade atinge-se agência. “This is the masculinist ideal we surely ought to continue to oppose” (p. 24). Há de se se opor porque mais uma vez tem por finalidade forçar as mulheres a renderem-se e submeterem-se ao discurso colonial hegemônico: ‘nós’, homens-ocidentais-brancos-superiores, e ‘eles’ “uma homogenizada, culturalmente indiferenciada massa humana, associada com falta de poder, passividade, ignorância, fome, analfabetismo, carência, opressão e inércia” (Bakoff, 2016, p. 24). O que pode ser sumarizado como: nós, doadores, e eles, recipientes que estão abaixo da linha do Equador, onde as doenças tropicais foram substituídas pelas manifestações de pobreza como a principal ameaça ao bem-estar do Ocidente.

A fraqueza institucional do Estado-Partido no poder há 45 anos continuará seu curso para continuar transformando a exploração insustentável dos recursos naturais em benção para poucos privilegiados e uma maldição para a vasta parcela da população. O conceito de ‘nós’ e os ‘outros’ do Norte-Global aplicado em âmbito doméstico. Significa o aumento do abismo entre “aqueles que contam e se contam”, e o “resto”, composto de “homens detritos, homens resíduos” (Mbembe, 2013, p. 191). Com isso, haverá mais deslocamentos internos forçados e na esteira deste êxodo compulsório a pobreza deverá crescer, as tensões sociais deverão agudizar, e a violência aumentar.

Dá-se, por conseguinte, a continuidade à violência na estrutura social, que está relacionada com a distribuição desigual de recursos de toda ordem, como renda,

educação, saúde, que são disponibilizados cuidadosa e meticulosamente para uns, mas não para outros:

Above all the power to decide over the distribution of resources is unevenly distributed. The situation is aggravated further if the persons low on income are also low in education, low on health, and low on power - as is frequently the case because these rank dimensions tend to be heavily correlated due to the way they are tied together in the social structure. (...) The important point here is that if people are starving when this is objectively avoidable, then violence is committed, regardless of whether there is a clear subject-action-object relation, as during a siege yesterday or no such clear relation, as in the way world economic relations are organized today (Galtung, 1969, p. 171).

Cantadas em suas respectivas línguas locais, as músicas que ouvi em Nampula e Pemba têm a mesma mensagem: a vida é dura para nós, mulheres, o tempo é curto e precisamos juntas fazer algo para nos tornarmos livres. É em tais assembleias que se vê como a vulnerabilidade é estimulada, quando a mediadora Olga, da Hickone, fez ao pedir que as participantes falassem na primeira pessoa. E a vulnerabilidade é abraçada, como as mulheres de Nampula fizeram com a companheira que se permitiu compartilhar uma dor de tantos anos. Com suas epistemologias performativas (Cunha, 2014, p.16), sentem-se agenciadoras de suas vidas.

As mulheres de Pemba em particular e as moçambicanas em geral resistem em sua luta contra um sistema que não apenas as negligenciou, mas as colocou à margem, tornando-as presas fáceis daquele catálogo de violências citado por Baldwin: fome, doenças, violações de toda ordem, inclusive do direito de ter terra para cultivo. São, portanto, identificadas como grupos de pessoas vulneráveis, nos discursos e planejamentos de governos e organismos multilaterais, com a conotação de pessoas sem capacidade agenciadora, como ressalta Butler, precisamente para reforçar que todo poder está nas mãos do Estado e instituições internacionais e cabe a eles, brancos salvadores, oferecer proteção e advocacia (Butler, 2016, p.25), transformando-se, assim, por outros meios e discursos, na continuidade da escravidão (p. 9).

Assim, Butler propõe que se reverta o discurso neocolonizador:

I wish to point out that even as public resistance leads to vulnerability, and vulnerability (the sense of “exposure” implied by precarity) leads to resistance, vulnerability is not exactly overcome by resistance, but becomes a potentially effective mobilizing force in political mobilizations. (p. 14)

A proposição de bell hooks para que se cultive o que ela chama de amor interno certamente há de fortalecer a vulnerabilidade como forma de resistência.

Uso a expressão "amor interior" e não "amor próprio" porque a palavra "próprio" é geralmente usada para definir nossa posição em relação aos outros. Numa sociedade racista e machista, a mulher negra não aprende a reconhecer que sua vida interior é importante. A mulher negra descolonizada precisa definir suas experiências de forma que outros entendam a importância de sua vida interior. Se passarmos a explorar nossa vida interior, encontraremos um mundo de emoções e sentimentos. E se nos permitirmos sentir, afirmaremos nosso direito de amar interiormente. A partir do momento em que conheço meus sentimentos, posso também conhecer e definir aquelas necessidades que só serão preenchidas em comunhão ou contato com outras pessoas⁵⁴

Vulneráveis diante da perda de seu espaço físico - a terra de onde tiram alimento, remédio e uma renda extra -, aquelas mulheres de Pemba trazem dentro de si a dor também da perda do espaço simbólico da terra confiscada, como relatou Maria Cussaio. Terra que simboliza amor interno. As mulheres da zona rural que conheci ainda seguem os passos invisíveis daquelas que viveram outros ciclos, os nomes delas têm o sangue de suas avós, e carregam todas as dores de parto do país inteiro e isso não caberia nos livros de História, como diz a jovem poeta moçambicana.

Na Introdução disse que as mulheres da zona rural moçambicana têm um Estado inteiro contra elas, toda a máquina estatal, desde a que a Frelimo tornou-se governo e passam pelo mesmo processo de trituração que elas fazem com os grãos que pilam para alimentar suas famílias. Pude perceber a metáfora de grãos triturados de Sheldon (2002) em Pemba, Naamacha e nas mulheres, com seus filhos na neneca, sentadas nas ruas de Maputo junto de amendoeiras, castanhas,

⁵⁴ <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>

tomates, couves, esperando fregueses enquanto seus filhos se alimentam de seus peitos.

(...) producing flour is a multi-stepped process. With maize, the first step is to remove the kernels from the cob. The kernels are pounded in the mortar. After the chaff is loosened, the maize is placed in a winnowing basket, where the chaff is separated and thrown out. The remaining grain is then put back in the mortar, pounded again and then winnowed at least one more time (p. 268)

As mulheres dizem que pilar grão para que se torne farinha é provavelmente a tarefa doméstica que mais lhes desgasta e toma tempo. No entanto, afirmam que trabalhando juntas, cantando ao ritmo do pilão e conversando em suas curtas pausas fazem com que o trabalho fique menos árduo e seja agradável (idem). O que me reportou às mulheres de Nampula, quando disseram que gostam muito de participar das oficinas e capacitações porque, além de aprenderem, “estamos longe de casa, das panelas e por isso cantamos e dançamos”⁵⁵. Bem como as mulheres de Macassane, nos anos 70: “A verdade é que quando cantamos, levamos as coisas menos seriamente; não pomos tudo no coração, e por isso muitas vezes esquecemos. Muitas vezes apenas cantamos e rimos (...) Nós só cantamos para nos consolarmos” (Manghezi, 2003, p.135).

“Não se pode falar sobre nós sem nós”

O cenário e as perspectivas para as mulheres moçambicanas são sombrios, o que não constitui uma novidade. Pelo contrário. Se a luta das mulheres em geral não for tão antiga quanto sua existência sobre a terra, certamente remonta a tempos bíblicos, quando substituíram Lilith por Eva, e foi ficando mais intensa com a chegada do capitalismo, como mostra Federici (2017). Vários instrumentos foram criados para promover e garantir direitos iguais entre homens e mulheres por organismos multilaterais. Outros tantos foram aprovados para diminuir a violência contra elas. Mais recentemente outros para incluir as mulheres nas mesas de negociação da paz. A grande maioria dos países tornou-se signatários daqueles acordos. Mas a realidade mostra que pouco mudou

⁵⁵ Entrevista em campo

(GIWPS and PRIO, 2019). Outra prova é que lá trás, em 1966, a psicanalista e feminista britânica Juliet Mitchell (1966) classificou a luta das mulheres como a “revolução mais longa” (p.11). Mais árdua ainda é a luta enfrentada pelas mulheres do Sul geográfico e metafórico, em que ter direitos respeitados geralmente está atrelado diretamente à sobrevivência física.

Para Sandler & Goetz (2020), a verdade é que as mulheres estão sós nesta luta. **As únicas** aliadas são as organizações de base e as organizações da sociedade civil, que em regimes autoritários representam um dos inimigos a ser combatido, como deixou claro a secretária em Pemba.

While the UN will likely continue to be unable to hold Member States directly accountable to commitments to human rights and gender equality, independent feminist monitoring, ranking, and reporting may create a clear set of expectations, a notion of what feminists value as good practice, and expose abuses in ways that activate states to improve performance (p. 258)

A própria história de luta das mulheres, no entanto, é o que confere força para que se siga lutando. A mobilização de um grupo de vendedoras de rua de Monróvia, liderada por Leyman Gbowee, deu início a um movimento que foi decisivo para por fim à guerra civil da Libéria (1998-2003), o que permitiu a eleição da primeira presidente de uma nação africana, Ella Johnson Sirleaf. Gbowee nos ensina que as mulheres do periferia, da favela, do caniço, não podem parar enquanto não houver justiça:

If you're hungry, keep walking. If you are thirsty, keep walking. If you want a taste of freedom, keep walking. For us, women of Liberia, this is a call that we will keep walking until peace, justice and the rights of women is not a dream, but is a thing of the present⁵⁶

Pode ainda acontecer de uma simples “caganita” de uma andorinha provocar a queda de um imperador que tem o “corpo de um elefante” e acredita que colocara “luz nos olhos dessa gentalha”, que domesticou a terra, “que era macho. Domestiquei-a. Tornei-a fêmea, é toda minha, faço o que quero. Dá-me bons frutos, cereais, gado” (Chiziane, 2013, p. 9).

⁵⁶ Documentário Pray the Devil Back to Hell, disponível em <https://vimeo.com/128182384>

Memórias podem doer, mas a história, a literatura e as contações de estórias ajudam a fechar feridas para que se siga adiante, pois “elas fazem da sua existência uma desobediência a qualquer ordem que as queira aniquiliar” (Casimiro & Cunha, 2019). Uma palavra de ordem repetida várias vezes no acampamento de Pemba reitera isso: “Não se pode falar nada sobre nós sem nós”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agy, A. (2018) - *Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo*, Nº 63, Maputo: Observatório do Meio Rural,
- Almeida, S. (2019) - Imperialismo, colonização e racismo. In Conrad, J. *Coração das Trevas*, Rio de Janeiro: Editora Antofágica.
- Bakoff, G. (2001) - Rendering the world unsafe: 'Vulnerability' as western discourse. In *Disasters*, 25 (1): 19–35
- Brito, L., Chaimite, E., Pereira, C., Posse, L., Sambo, M., Shankland, A. (2015) - Revoltas da fome: Protestos populares em Moçambique (2008–2012). In *Cadernos IESE N.º 14P/2015*
- Butler, J. (2016) – Rethinking vulnerability and resistance. In Butler, J., Zeynep Gambetti, Z. and Leticia Sabsay, L. (Ed) - *Vulnerability in resistance*, Durham and London: Duke University Press
- Cabrita, J.M. (2000) – *Mozambique: The tortuous road to democracy*, Palgrave Macmillan.
- Cahen, M. (2005) - Success in Mozambique?. In *Making states work: State failure and the crisis of governance*, Chesterman, S., Ignatieff, M, and Thakur, R. (ed), United Nations University
- Casal, A.Y. (1994) - Identidades culturais e desenvolvimento in *Antropologia Portuguesa*, Vol. 12, 5-17, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.
- Casal, A.Y. (1996) – *Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique*, Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia
- Casimiro, I. M. and Andrade, X. (2009) - Mozambique critical feminism in Mozambique: Situated in the context of our experience as women, academics and activists. In Ampofo, A. A. and Arnfred, S. (ed.) *African feminist politics of knowledge: Tensions, challenges, possibilities*, Norway: Nordiska Afrikainstitutet.
- Casimiro, I. (2014) - *Paz na terra, guerra em casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*, Recife : Coleção Pesquisas, Série Brasil África, Editora Universidade Federal de Pernambuco
- Casimiro, I. (2003) - Feminism and women's human rights in *Outras Vozes WLSA Moçambique Newsletter*, Supplement nº3, 26-27
- Casimiro, I. (2008a) - As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito – mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique in *12.ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé, Codersia.

- Casimiro, I. (2008b). *Cruzando lugares, percorrendo tempos: Mudanças recentes nas relações de género em Angoche*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- Casimiro, I. & Souto, A. (2011) - *Mulheres em actividades geradoras de rendimentos - experiências de Moçambique*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Castel-Branco, C. (2009) - Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique in *DP nº 06, IESE*.
- Castel-Branco, C. N. (2008) - *Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: Contributo Crítico com Debate de Postulados Básicos* - Colecção de Discussion Papers do IESE
- Castel-Branco, C. (2008) - *Os mega projectos em Moçambique: Que contributo para a economia nacional?* Comunicação apresentada no Fórum da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE).
- Castel-Branco, C. (2002) - *Mega projectos e estratégia de desenvolvimento* (mimeo).
- Castel-Branco, C. - *Opções económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, lições e ideias alternativas*
- Castel-Branco, C.(s.d.) - *Indústrias de recursos naturais e desenvolvimento: alguns comentários*, Ideias Nº10
- Chichava, S. I. (2013) - 'They can kill us but we won't go to the communal villages!' Peasants and the policy of 'Socialization of the Countryside'. In Zambesia in Assubuji, R., Israel, P., Thompson, D. (ed), *Kronos: Southern African Histories, Special Issue: The Liberation Script in Mozambican History*, University of the Western Cape
- Chiziane, P. (2000) - *O Sétimo Juramento*. Lisboa: Caminho.
- (2002). *Niketché - Uma história de poligamia* (4.^a ed.). Lisboa: Caminho.
- (2007) - *Balada de Amor ao Vento* (2.^a ed.). Lisboa: Caminho.
- (2008) - *As Andorinhas*. Maputo: Indico Editores.
- Centro de Integridade Pública (2020) - *Discurso de Tomada de Posse do Presidente Nyusi para o Segundo Mandato (2020 – 2025): Continuam Muitos Desafios por Cumprir*
- Clifford, J. (2008) - On Ethnographic Authority. In Robben, A.C.G.M. e Sluka, J. A. (ed.) *Ethnographic Fieldwork: an anthropological reader*, Oxford: Blackwell

Clifford, J. (2008) - Introduction: Partial truths. In Clifford, J. and Marcus, G. (ed) *Writing Culture – the poetics and politics of ethnography*, Berkley, Los Angeles, London: University of California Press

Coelho, J. P.B. (2009) – *As duas sombras do rio*, Maputo: Editorial Nadjira

Coelho, J. P.B. (2013) – *Rainhas da Noite*, Lisboa: Caminho.

Coelho, J. P. B. (2019) - Política e história contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. In *Revista de História no.178* On-line version ISSN 2316-9141 <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.146896>

Comaroff, J & Comaroff, J. (1993) – *Modernity and its malcontentes – Ritual and power in postcolonial Africa* (ed), University of Chicago Press

Comitê Central da Frelimo (1972) - *The Mozambican woman in the Revolution*, Richmond, BC, Canada: LMS Information Center

Cruz e Silva, T. (2014) - União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In Santos, B. de Sousa; Cruz e Silva, T. (org.) *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 207-234

Cunha, T. (2014) - *Never trust Sindarela. Feminismos, pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*, Almedina: Coimbra.

Cunha, T. e Casimiro, I. (2019) - Epistemologías del sur y alternativas feministas de vida - las cenicientas de nuestro Mozambique quieren hablar. In *Territorios en conflicto. Claves para la construcción de alternativas de vida*. Colección Red Gernika, Asociación de Investigación por la Paz Gernika Gogoratz.

Darch, C. (2018) - *A success story gone wrong? The Mozambican conflict and the peace process in historical perspective*, Mozambique: Friedrich-Ebert-Stiftung

Emerson, R.M; Fretz, R.I & Shaw, L.L - *Writing ethnographic fieldnotes*, Chicago & London: University of Chicago Press,.

Fanon, F. (1963) - *The Wretched of the Earth*, New York: Grove Press

Federici, S. (2013) - *Revolución en punto cero - Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*, Creative Commons, Traficantes de Sueños

Federici, S. (2017) - *Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva*, São Paulo: Editora Elefante.

Feijó, J. (2019) - *Tensões e conflitos sociais no campo*, Maputo: Escolar Editora

Feijó, J., e Mosca, J. (ed) (2017) - *Metodologia de investigação em Ciências Sociais: Experiências de pesquisa em contextos moçambicanos*, Maputo: Escolar Editora.

- Florêncio, F. (2008) - *Ao encontro dos Mambos. Autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Florêncio, F. (2008) - Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do indirect rule ou uma espécie de neo-indirect rule? In *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008, 369-391
- Florêncio, F. (2012) - Diálogos entre textos e contextos etnográficos, in *Etnográfica*, vol. 16 (3)
- Fórum Mulher (2018) - *Direitos das mulheres à terra no contexto da pluralidade de direitos: O caso de Moçambique*, Maputo
- Galtung, J. (1963)- Violence, Peace, and Peace Research, in *Journal of Peace Research*, Vol. 6, No. 3 , 167-19.
- Geertz, C. (1973) - The interpretation of cultures - Selected essays, New York: Basic Books.
- Granjo, P. (2006) - “It’s just the starting engine” *The status of spirits and objects in south Mozambican divination*
- Hanlon, J. e Smart, T. (2008) - *Há mais bicicletas – Mas há desenvolvimento?*, Maputo: Missanga Ideias & Projectos
- Haraway, D. (2016) - *Staying with the trouble - Making kin in the Chthulucene*, Duke University Press
- Hirsch, M. - Vulnerable Times. In Butler, J., Zeynep Gambetti, Z. and Leticia Sabsay, L. (ed.) *Vulnerability in resistance*, Durham and London: Duke University Press
- Ingold, T. (2014) - That’s enough about ethnography! In *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 4 (1): 383–395
- Isaacman, A., & Isaacman, B. (1983) – *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900 to 1982*, Colorado: Westview Press
- Israel, P. (2013) - *Lingundumbwe: Feminist masquerades and women’s liberation, Nangade, Mueda, Muidumbe, 1950-2005*. In Zambezia in Assubuji, R., Israel, P., Thompson, D. (ed), *Kronos: Southern African Histories, Special Issue: The Liberation Script in Mozambican History*, University of the Western Cape
- Junod, H.(1913) – *The life of a South African tribe*, Switzzland: Imprimerie Attinger Freres
- Katto, Jonna (2020) - Women’s lived landscapes of war and liberation. In *Mozambique, Routledge Studies in the Modern History of Africa*, Routledge
- Khosa, U. (2015) - Memórias perdidas, identidades sem cidadania. In *Memórias de violências: Que futuro para o passado?*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 106, 127-132

- Kubica, G. (2014) - Lévi-Strauss as a protagonist in his ethnographic prose: a cosmopolitan view of *Tristes tropiques* and its contemporary interpretations. In *etnográfica*, 18 (3): 599-624
- Levi-Strauss, C, (1957) - *Tristes trópicos*, São Paulo: Anhembi.
- Lispector, C. (1977) - *A hora da estrela*, Rio de Janeiro: Rocco
- Löwy, M. (1998) - A teoria do desenvolvimento desigual e combinado in *Outubro*, n.1, 73-80.
- Machel, S. (1979) – *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição de seu triunfo*, Maputo: Departamento do Traabalho Ideológico da FRELIMO.
- Machava, B. (2015) – Galo amanheceu em Lourenço Marques: o 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique. In *Memórias de violências: Que futuro para o passado?*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 106, 53-84.
- Manghezi, A. (2003) - *Macassane: Uma cooperativa de mulheres velhas no Sul de Moçambique*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique
- Maquenzi, J, & Feijó, J (2019) – *Pobreza, Desigualdade e Conflitos no Norte de Cabo Delgado*, Maputo: Observatório do Meio Rural
- Marcus, G. E. (1994) - On Ideologies of Reflexivity in Contemporary Efforts to Remake the Human Sciences, in *Poetics Today* Vol. 15, No. 3
- Marcus, G. E. (1995) - Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography in *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24. 95-117
- Mbembe, A. (2014) - *Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada*, Portugal: Edições Pedagogo
- Mbembe, A. (2001) - As Formas Africanas de Auto-Inscrição, in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 171-209
- McFadden, P. (2016) - *Becoming Contemporary African Feminists: Her-stories, legacies and the new imperatives*, Feminist Dialogue Series, Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Maputo.
- Meneses, M. P. (2015) – Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. In *Memórias de violências: Que futuro para o passado?*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 106, p. 09-52
- Meneses, M. P. (2017) – Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a história Oficial e as memórias de luta. In Mata, I. (coord), *Discursos Memorialistas Africanos e a construção da história*, Universidade de Macau: Colibri.

- Mimbire, F. (2016) - *Num contexto de crise das commodities - desafios de um país potencialmente rico em recursos minerais: Estabelecendo as bases para evitar a “maldição dos recursos” em Moçambique* novo “superciclo” dos preços das matérias-primas, Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP)
- Mitchell, J. (1966) - Women: The Longest Revolution, in *New Left Review*, Nov 1, 1966; 0, 40
- Mondlane, E. (1969) - *The Struggle for Mozambique*, Penguin Books
- Newitt, M. (2012) - *História de Moçambique*, Lisboa: Europa-América
- Nye, Jr., J.S. (2004) - *Soft Power: The Means To Success In World Politics (2004)*, UK: Hachette
- Nilsson, H. Abrahamsson (1994) - *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Maputo: CEEI-ISRI
- O'Laughlin, B. (1998) - Missing men? The debate over rural poverty and women-headed households in Southern Africa. In *The Journal of Peasant Studies*, 25:2, 1-48
- Peixoto, C. B. T., & Meneses, M. P. (2013) - Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique, in *Revista Topoi, Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Volume 4, 86-104.
- Plano Nacional de Acção Sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), Ministério do Género, Criança e Acção Social
- Posse, L. D. P. (2020) - Heróis da luta de libertação nacional e a ideia de nação nos discursos do Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* 122.
- Sandler, Joanne, and Goetz, A. M. (2020) - Can the United Nations deliver a feminist future?, in *Gender & Development*, 28:2, 239-263
- Santos, B. S. (2007) - Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, 3-46
- Sarmiento, E. (2011) - *O Papel da Mulher no Desenvolvimento: O Caso de Moçambique*, Comunicação apresentada na Conferência Internacional Sobre Mulher e Desenvolvimento, em 15/05/2011, Madrid, Espanha
- Seibert, G. (2003) - The vagaries of violence and power in postcolonial Mozambique. In Abbink, G. J., De Bruijn M., Van Walraven, K. (ed) *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History*, BRILL
- Sheldon, K. (2002) - *Pounders of grain: A history of women, work, and politics in Mozambique*, Portsmouth: Heinemann
- Shiva, V. (2003) - *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*, São Paulo: Gaia

Soares, E. V., Mutzenberg, R. (2014) - Estruturas de sentimento: um modo de refletir e conhecer as sociedades. In *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, 5-10

Soares, E. V., Mutzenberg, R. (2019) - *Literatura, pensamento social e movimento de mulheres: um mosaico moçambicano*, Recife: Série Brasil África, Editora Universidade Federal de Pernambuco.

Sousa, J. T. (2008) – Eduardo Mondlane e aluta pela independência de Moçambique. In Torgal, L.R., Pimenta, F.T., Sousa, J.T. (coord), *Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismos em África*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Sumich, J. (2008) - Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana, in *Análise Social - Vol. XLIII, Nº 187, 2º Trim., 319-345*

Tvedten, I., Paulo, M., Tuominen, M. (2014)- *“If men and women were equal, we would all simply be people” Gender and Poverty in Northern Mozambique*, Norway: CMI Reports, Chr. Michelsen Institute

Van Den Bergh, L. (2009)- *Why peace worked: Mozambicans look back*, Association of European Parliamentarians with Africa (AWEPA).

Waterhouse, R. & Vijhuizen, C. (2001). Introdução: Estratégias das mulheres, proveito dos homens: Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique. In *Estratégias das Mulheres, Proveito dos Homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária.

Referências web

Alatas, S. F. (2018) – *Beyond the Critique of Eurocentrism: Decolonization and its Problems*. Disponível em <https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=25826#.X0VhNCWj80N>

Baldwin, J. (2019) - *The legendary debate that laid down US political lines on race, justice and history* Disponível em https://aeon.co/videos/the-legendary-debate-that-laid-down-us-political-lines-on-race-justice-and-history?utm_source=Aeon+Newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=AD_HTLGI_2019_08_09

Cunha, T. e Monjane, B. (2016) - *Moçambique: riqueza e miséria de mãos dadas, a segunda alimentando a primeira* . Disponível em <http://www.pambazuka.org/node/93677>

Gbowee, L.- *Pray the Devil Back to Hell* Disponível em <https://vimeo.com/128182384>

Hendrix-Jenkins, A. (2020) - *It's time to put an end to supremacy language in international development*. Disponível em

https://www.opendemocracy.net/en/transformation/its-time-to-put-an-end-to-supremacy-language-in-international-development/?utm_source=Transformation&utm_campaign=eb8a49148a-RSS_EMAIL_CAMPAIGN&utm_medium=email&utm_term=0_9f93c95423-eb8a49148a-408125793

Human Rights Watch (2013) - *“O Que É Uma Casa Sem Comida?” O Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento*, 2013. Disponível em

<http://www.hrw.org/node/115645>

Santos, B. S. (2012) – *Moçambique: a maldição da abundância?* Disponível em

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mo%C3%A7ambique%20Maldic%C3%A7%C3%A3o%20da%20Abund%C3%A2ncia_26July12.pdf

West, C. (2017) - *Hope Is Spiritual Armor for Fighting Righteous Battles*.

Disponível em <https://bigthink.com/videos/cornel-west-how-hope-fights-the-banality-of-evil>